


ANEXO VI
PROCURAÇÃO

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

A SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, com sede à Rua Professor Coelho, 45 sala 202 – Planalto – Bhte – MG CEP 31.720-160, cadastrada no CNPJ sob o nº 14.599.453/0001-90, vem, por seu representante legal o senhor **TIAGO KELLER ALVES**, RG MG 7.189.793, CPF 967.481.336-53, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão Empresário e residente à Rua José da Silva nº 13 – Porto Seguro – Ribeirão das Neves – CEP 33.863-010, pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o Sr. **REGINALDO WEMERSON ALVES**, portador da Cédula de Identidade nº M 5.453.841 expedida pela SSPMG, com CPF nº 969.281.316-91 e CNH 01947229082 expedida em 10/05/2016, brasileiro, com poderes especiais e específicos para prestar esclarecimentos, firmar compromisso e obrigações, tomar decisões, receber e dar quitação, renunciar ao direito de recurso, negociar preços, formular ofertas e lances verbais, assinar propostas, declarações, certidões, contratos, bem como praticar os atos necessários aos legítimos interesses outorgante. Este instrumento é para fins de participação no Processo Licitatório sob modalidade de Pregão nº 029/2020, formulada pelo Município de Coronel Fabriciano/MG.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2020.


SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
CNPJ nº 14.599.453/0001-90
INSC. ESTADUAL nº 001870504.00-78
RUA PROFESSOR COELHO JÚNIOR 45 – SALA 202
BAIRRO PLANALTO – Bhte - MG
TIAGO KELLER ALVES
CI nº MG 7.189.793
CPF nº 967.481.336-53
SÓCIO – ADMINISTRADOR



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua Curitiba, 1665 - Lourdes - BH - MG - Tel: (31) 3279-6200
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de:
TIAGO KELLER ALVES
Belo Horizonte, 16/07/2020 11:23:54. Em testemunho de que:
Isabela Thionde e Silva, Escrevente, N.º 1985470451
Cód. Seguro: 5833.4605.2775.3661
Selo Eletrônico Nº: DUL67684
Quantidade de atos praticados: 00001
EML: 5.17 - TFP: 170 - C: 031 - IS: 028 - TOTAL: 744
Consulte a validade do selo no site: <https://denon.fmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AA035651

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Nome: **TIAGO KELLER ALVES**

DOC. IDENTIDADE / OUTROS NÚMEROS: **M7189793** **SSP** **MG**

CPF: **967.481.336-53** DATA NASCIMENTO: **13/12/1974**

RAÇÃO: **RAIMUNDO LEOPOLDINO ALVES**
TEREZINHA DAS DORES ALVES

PERMISSÃO: ☐ ACC ☐ CULM ☐ U

Nº IDENTIFICAD: **00831743256** VALIDADE: **31/10/2022** 1ª HABILITAÇÃO: **03/09/1998**

Observações:

Tiago Keller Alves

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **RIBEIRÃO DAS NEVES, MG** DATA EMISSÃO: **03/11/2017**

Rogério de Melo Franco Assis Araújo
Diretor DETRAN/MG

66474063550
MG522036805

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1549533361

PROIBIDO PLASTIFICAR
1549533361



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua Curitiba, 1665 - Bairro de Lourdes - BH - MG - CEP: 30170-122 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunha da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe. *Pablo Aloiziano Ferreira* Escrevente

Etimeta Nº: 1948971412. Data: 08/10/2019 13:50:10 888720-011?

EMOL: 5,00 - TFPJ: 1,65 - RCIO: 0,00 - ISS: 0,25 - TOTAL: 7,20

VERIFIQUE A AUTENTICAÇÃO EM: ATO.NOTA.PUBLICA.MG.COM.BR

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua Curitiba, 1665 - Lourdes - BH - MG - Tel: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Autentico este documento, composto de 1 folha, por mim rubricada, numerada e carimbada, por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado Belo Horizonte, 30/10/2019 16:08:31. Em testemunho da verdade, Fabiane Sueli Rodrigues de Souza, Escrevente, Nº 1962831331

Selo Eletrônico Nº: DDS52090

Cód Segurança: 9999.5684.9096.2851

Quantidade de Atos Praticados: 00001

EMOL: 5,00 - TFPJ: 1,66 - RC: 0,30 - ISS: 0,26 - TOTAL: 7,20
Consulte a validade do selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAB90B760

ccccc *MA*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

10.701.609 20/61/2017

PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES

POLÍCIA FEDERAL ALVES

ALPIANA MOREIRA ALVES

5/11/2003

10 HOKI ZONTE MA

NASC. IV-88A EL-100V

RIBEIRAO DAS NEVES-73

135529586-97

LETICIA BAPTISTA CAMBOGE REIS
ASSINADORA DO DIRETOR

2. VIA

LEI Nº 7.116 DE 20/06/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CULTURAL

INSTITUTO DE IDENTIDADE

PO FEM 1001

Pedro Henrique M. Alves

ASSINADORA L. T. T. S. B.

CARTERA DE IDENTIDADE

X

P. H.

DECLARAÇÃO (I)**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO**

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020
Município de Coronel Fabriciano/MG

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ 14.599.453/0001-90, declara, sob as penas da lei, que cumprimos plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes da Condição do edital do Pregão n. 029/2020.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2020.

Tiago Keller Alves
SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
CNPJ Nº 14.599.453/0001-90
INSC. ESTADUAL Nº 001870504.00-78
RUA PROFESSOR COELHO JÚNIOR 45 – SALA 202
BAIRRO PLANALTO – BHTe - MG
TIAGO KELLER ALVES
CI nº MG 7.189.793
CPF nº 967.481.336-53
SÓCIO – ADMINISTRADOR

14.599.453/0001-90

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Bairro Planalto - CEP: 31720-160

BELO HORIZONTE - MG

SIGMA - TECNOLOGIA E ASSESSORIA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Planalto- Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP: 31720-160

www.sigmapaf.com.br

(31) 3021-3786

sigma@sigmapaf.com.br

DECLARAÇÃO (V)**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020
Município de Coronel Fabriciano/MG

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 14.599.453/0001-90, por intermédio de seu representante legal o Sr TIAGO KELLER ALVES, portador da Carteira de Identidade nº MG 7.189.793 e do CPF nº 967.481.336-53, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 ou Lei Municipal nº 3.921/2014.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2020.

TIAGO KELLER ALVES
SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
CNPJ Nº 14.599.453/0001-90
INSC. ESTADUAL Nº 001870504.00-78
RUA PROFESSOR COELHO JÚNIOR 45 – SALA 202
BAIRRO PLANALTO – BHTE - MG
TIAGO KELLER ALVES
CI nº MG 7.189.793
CPF nº 967.481.336-53
SÓCIO – ADMINISTRADOR

14.599.453/0001-90

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Bairro Planalto – CEP: 31720-160

BELO HORIZONTE – MG

SIGMA - TECNOLOGIA E ASSESSORIA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Planalto- Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP: 31720-160

www.sigmapaf.com.br

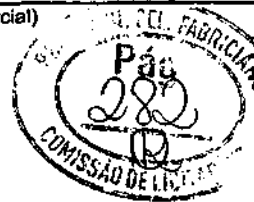
(31) 3021-3786

sigma@sigmapaf.com.br



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J183869780614

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

| | | | | |
|---|-----|-----|---|--|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 021 | 1 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| | | 020 | 1 | ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL |
| | | 046 | 1 | TRANSFORMACAO |
| | | 051 | 1 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO |

BELO HORIZONTE

Local

17 Setembro 2018

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211177488 em 17/09/2018 da Empresa SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211177488 e protocolo 184888115 - 12/09/2018. Autenticação: D1C48181F96A22EB530C138496310E747C5C7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/488.811-5 e o código de segurança LREM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1 de 1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 18/488.811-5 | J183869780614 | 12/09/2018 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|--------------------|
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Handwritten signatures and initials.

Página 1 de 1

**4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA:
SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**



Tiago Keller Alves, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Casado sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, data de nascimento 13/12/1974, nº do CPF 967.481.336-53, documento de identidade MG-7.189.793, PC, MG, com domicílio / residência a RUA JOSE MARIA DOS SANTOS, número 13, CX 1, bairro / distrito PORTO SEGURO, município RIBEIRAO DAS NEVES - MINAS GERAIS, CEP 33.863-040, Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI - ME, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais JUCEMG sob o nº. 3160018841-3 em 09/02/2015, inscrita no cadastro do CNPJ sob o nº. 14.599.453/0001-90, com sede e domicílio na Rua Professor Coelho Junior, 45, sala 202, bairro / distrito Planalto, município Belo Horizonte - MG, CEP 31.720-160, ora transforma seu registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI em Sociedade Empresaria Limitada, uma vez que admite neste ato o sócio: **Pedro Henrique Moreira Alves**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/11/1998, portador da carteira de identidade nº MG 18.708.309 expedida pela PC/MG e CPF 133.529.556-97, residente e domiciliado no Rua Domingos Viotti, 330 apartamento 102, Santa Amélia, CEP 31.550-260, Belo Horizonte/MG passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA, a qual regea doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios, conforme cláusulas e condições seguinte:

Cláusula Primeira - A empresa adotará o nome empresarial de SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA.

Cláusula Segunda - O objeto será PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA, EMPRESARIAL, TRIBUTARIA, TECNOLOGIA DA INFORMACAO, ESTATISTICA, ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SISTEMAS INFORMACIONAIS EM GERAL E ESPECIFICAMENTE NA AREA ADMINISTRATIVA E CONTABIL, PRESTACAO DE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO E PESQUISA DE MERCADO E OPINIAO PUBLICA.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na RUA PROFESSOR COELHO JUNIOR, número 45, SALA: 202, bairro / distrito PLANALTO, município BELO HORIZONTE - MG, CEP 31.720-160.

Cláusula Quarta - A empresa iniciou suas atividades em 10/11/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios da seguinte forma: (art. 997, III e art. 1.055 da Lei 10.406/2002).

| Sócio | % | Nº Quotas | Valor em Reais |
|------------------------------|--------|-----------|----------------|
| Tiago Keller Alves | 50,00 | 50.000 | 50.000,00 |
| Pedro Henrique Moreira Alves | 50,00 | 50.000 | 50.000,00 |
| Total | 100,00 | 100.000 | 100.000,00 |



Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme previsto no art. 1.052 do CC, da Lei nº. 10.406/02.

Parágrafo Segundo: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1.054 CC o artigo 997 inciso III, do Código Civil, Lei nº. 10.406/02.

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição se postas à venda, após terem sido oferecidas ao outro sócio, que terá o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso, por escrito, do sócio disposto a ceder ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, o sócio disposto a ceder ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e condições oferecidos ao outro sócio, que se compromete a assinar todos os documentos necessários a efetivar a cessão e transferência das quotas formalizando a cessão com a alteração contratual pertinente, conforme artigos 1.056 e 1.057 da Lei nº. 10.406/02.

Cláusula Setima - A administração da empresa caberá aos sócios Tiago Keller Alves já qualificado acima, que assinará separadamente e com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto. /

Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Cláusula Nona - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Décima - Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Primeira - Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Em casos de falecimento, interdição, inabilitação e retirada de qualquer um dos sócios, não se constituirá causa para dissolução da sociedade, cabendo aos sócios remanescentes procederem no prazo de 40 (quarenta) dias, ao levantamento de um inventário, seguido de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, da seguinte forma: 30% (trinta por



cento) com o prazo de 40 (quarenta dias) após a elaboração do Balanço Patrimonial e outros 70% (setenta por cento) restantes, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial.

Parágrafo Segundo: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, conforme estabelecido nos artigos art. 1.028 e art. 1.031, da Lei 10/406/02.

Cláusula Décima Terceira - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Lei 10.406/2002, as omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base na legislação específica, aplicando-se supletivamente a Lei das Sociedades Anônimas e outras disposições legais vigentes que lhe forem aplicadas.

Cláusula Décima Primeira - Fica eleito o foro de BELO HORIZONTE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

BELO HORIZONTE, 11 de setembro de 2018.

TIAGO KELLER ALVES
Sócio Administrador

PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES
Sócio

[Handwritten signatures and initials]



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 18/488.811-5 | J183869780614 | 12/09/2018 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|------------------------------|
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |
| 133.529.556-97 | PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

[Assinaturas manuscritas]

Página 1 de 1



ATO 316
ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (EPP)

- ☐ Empresário
- ☐ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda
- ☒ Sociedade Empresária

Ilmº Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O sócio, **Tiago Keller Alves**, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Casado sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, data de nascimento 13/12/1974, nº do CPF 967.481.336-53, documento de identidade MG-7.189.793, PC, MG, com domicílio / residência a RUA JOSE MARIA DOS SANTOS, número 13, CX 1, bairro / distrito PORTO SEGURO, município RIBEIRAO DAS NEVES - MINAS GERAIS, CEP 33.863-040 e **Pedro Henrique Moreira Alves**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/11/1998, portador da carteira de identidade nº MG 18.708.309 expedida pela PC/MG e CPF 133.529.556-97, residente e domiciliado no Rua Domingos Viotti, 330 apartamento 102, Santa Amélia, CEP 31.550-260, Belo Horizonte/MG da empresa **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no cadastro do CNPJ sob o nº. 14.599.453/0001-90, com sede e domicílio na Rua Professor Coelho Junior, 45, sala 202, bairro / distrito Planalto, município Belo Horizonte - MG, CEP 31.720-160, vem declarar que:

- a) Adotará o nome empresarial de **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA – EPP**.
- b) O movimento da receita bruta anual da empresa no exercício anterior não excedeu ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2018.

Tiago Keller Alves
Sócio Administrador

Pedro Henrique Moreira Alves
Sócio



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211177488 em 17/09/2018 da Empresa SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211177488 e protocolo 184888115 - 12/09/2018. Autenticação: D1C48181F96A22EB530C138496310E747C5C7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e Informe nº do protocolo 18/488.811-5 e o código de segurança LREM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1 de 1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 18/488.811-5 | J183869780614 | 12/09/2018 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|------------------------------|
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |
| 133.529.556-97 | PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

[Assinaturas manuscritas]

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211177488 em 17/09/2018 da Empresa SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, NIRE 31211177488 e protocolo 184888115 - 12/09/2018. Autenticação: D1C48181F96A22EB530C138496310E747C5C7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para verificar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e Informe nº do protocolo 18/488.811-5 e o código de segurança LREM Esta cópia é autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3 de 3



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, de nire 3121117748-8 e protocolado sob o número 18/488.811-5 em 12/09/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31211177488, em 17/09/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gustavo Henrique Campos dos Santos.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|--------------------|
| CPF | Nome |
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|------------------------------|
| CPF | Nome |
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |
| 133.529.556-97 | PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES |

Anexo

| Assinante(s) | |
|----------------|------------------------------|
| CPF | Nome |
| 967.481.336-53 | TIAGO KELLER ALVES |
| 133.529.556-97 | PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES |

Belo Horizonte. Segunda-feira, 17 de Setembro de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211177488 em 17/09/2018 da Empresa SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211177488 e protocolo 184888115 - 12/09/2018. Autenticação: D1C48181F96A22EB530C138496310E747C5C7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/488.811-5 e o código de segurança LREM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1 de 1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

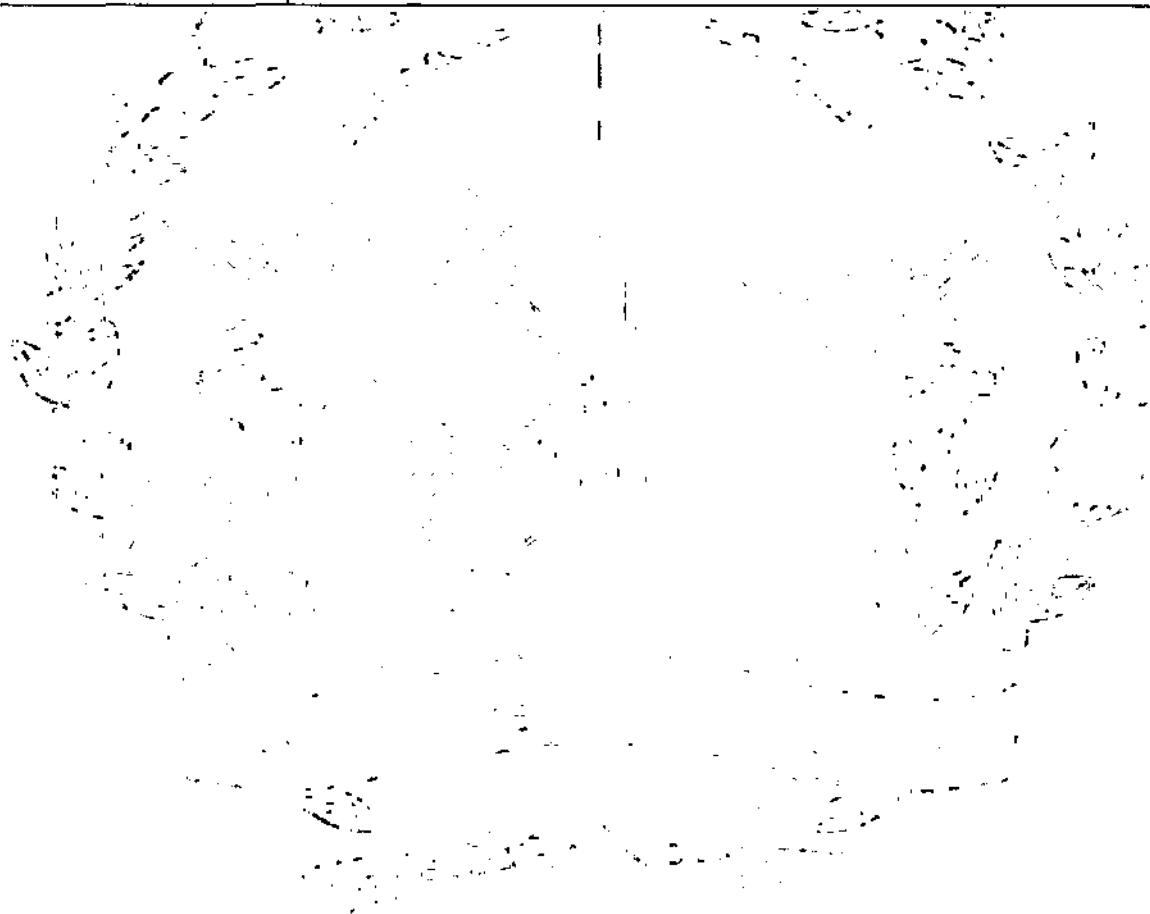
Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|------------------------------------|
| 061.700.176-60 | GUSTAVO HENRIQUE CAMPOS DOS SANTOS |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |



Belo Horizonte. Segunda-feira, 17 de Setembro de 2018

Assinaturas manuais



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

| Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE | CNPJ | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo | Data de Início de Atividade |
|--|--------------------|--|-----------------------------|
| 3121117748-8 | 14.599.453/0001-90 | 10/11/2011 | 10/11/2011 |

Endereço Completo:

RUA PROFESSOR COELHO JUNIOR 45 SALA 202-- BAIRRO PLANALTO CEP 31720-160 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA, EMPRESARIAL, CONTABIL E TRIBUTARIA, TECNOLOGIA DA INFORMACAO, ESTATISTICA, ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SISTEMAS INFORMACIONAIS EM GERAL E ESPECIFICAMENTE NA AREA ADMINISTRATIVA E CONTABIL, PRESTACAO DE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO E PESQUISA DE MERCADO E OPINIAO PUBLICA.

| | | |
|--|--|-----------------------------------|
| Capital Social: R\$ 100.000,00 CEM MIL REAIS | Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06) | Prazo de Duração INDETERMINADO |
| Capital Integralizado: R\$ 100.000,00 CEM MIL REAIS | | |

Sócio(s)/Administrador(es)

| CPF/NIRE | Nome | Tér. Mandato | Participação | Função |
|----------------|------------------------------|--------------|---------------|-----------------------|
| 133.529.556-97 | PEDRO HENRIQUE MOREIRA ALVES | xxxxxxx | R\$ 50.000,00 | SOCIO |
| 967.481.336-53 | TIAGÓ KELLER ALVES | xxxxxxx | R\$ 50.000,00 | SÓCIO / ADMINISTRADOR |

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 30/05/2019

Número: 7325152

Ato 223 - BALANÇO

Empresa(s) Antecessora(s)

| Nome Anterior | Nire | Número Aprovação | UF | Tipo Movimentação |
|--|--------------|------------------|----|-------------------|
| HANNAH HELENA SILVA BATELLA 12432264630 - ME | 3180149478-3 | 31600188413 | xx | TRANSFORMACAO |
| SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI - ME | 3160018841-3 | 31211177488 | xx | TRANSFORMACAO |

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ Endereço

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2020 15:03

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C200001818265 e visualize a certidão)



20/516.690-3

Página 1 de 1



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31208687934

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGP1900803567

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|

| | | | | |
|---|-----|------|---|--|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 020 | 1 | ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL |
| | | 2244 | 1 | ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) |
| | | 2015 | 1 | ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL |

BELO HORIZONTE

Local

26 Novembro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 19529103-26/11/2019, Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/529.103-4 | MGP1900803567 | 26/11/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

11/58

Página 1 de 1



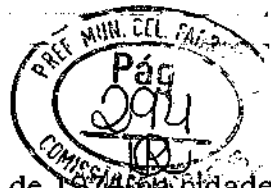
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 195291034 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

COPIA

TERCEITA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

“TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA”
CNPJ: 11.468.681/0001-33



WANDER BRUGNARA, brasileiro, casado, advogado, nascido em 04 de janeiro de 1954 na cidade de Brasília/DF, residente e domiciliado à Rua do Campo, nº 130/1502, bairro Vila da Serra, CEP: 34.000-000, Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº 5.575.125, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 895.966.846-04 e na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais sob o nº 86.748; e

MAGNUS BRUGNARA, brasileiro, casado, advogado, nascido em 13 de outubro de 1979 na cidade de Belo Horizonte/MG, residente domiciliado à Rua Doutor Henrique Salles, nº 230/101, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP: 30380-280, portador da Carteira de Identidade nº 5.575.084, expedida pelo SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 046.047.296-89, e na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais sob o nº 96.769;

ÚNICOS sócios da sociedade denominada: **“TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA”**, inscrita no CNPJ sob o número 11.468.681/0001-33, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120868793-4, na data de 14 de janeiro de 2010; resolvem alterar o documento anterior e o fazem por este instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS: /

Por este ato, a sociedade adotará o nome empresarial: **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA** /
Com nome fantasia **TRIBUTARIE**

2- ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL:

O objetivo social passa a ser levantamento de créditos tributários judicial ou administrativamente, planejamento tributário, assessoria e reestruturação organizacional, serviço de atendimento e consultoria online, utilização e desenvolvimento de software para a gestão fiscal e tributária, avaliação de empresas, riscos de negócios, reavaliação de ativos, determinação de valores para efeito de constituição e provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências, remodelamento dos sistemas contábeis, de informações e de controle interno, assessoria fiscal, publicação, edição e impressão de revistas, livros, jornais periódicos, além de jornais eletrônicos via web, pesquisa de informação, cobranças do setor público ou privado, cessação de uso de software, treinamento especializado.

2. DA CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Os sócios de comum acordo resolvem consolidar neste instrumento as alterações contratuais havidas anteriormente, no contrato primitivo registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120868793-4, na data de 14 de janeiro de 2010, nas cláusulas e teor seguintes:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

“TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA”
CNPJ: 11.468.681/0001-33

Cláusula Primeira – A sociedade tem como nome empresarial **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA**

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia **“TRIBUTARIE”**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, Nire 31208687934 e protocolo 195291034 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COPIA AUTENTICADA

Cláusula Segunda – O objetivo social passa a ser levantamento de créditos tributários judicial ou administrativamente, planejamento tributário, assessoria e reestruturação organizacional, serviço de atendimento e consultoria online, utilização e desenvolvimento de software para a gestão fiscal e tributária, avaliação de empresas, riscos de negócios, reavaliação de ativos, determinação de valores para efeito de constituição e provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências, remodelamento dos sistemas contábeis, de informações e de controle interno, assessoria fiscal, publicação, edição e impressão de revistas, livros, jornais periódicos, além de jornais eletrônicos via web, pesquisa de informação, cobranças do setor público ou privado, cessão de uso de software, treinamento especializado.

Cláusula Terceira – O endereço da sociedade é na cidade de Belo Horizonte/MG, na Avenida Olegário Maciel N° 2251 bairro Lourdes CEP: 30.180-118

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou a suas atividades em 14/01/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta – O capital social é no valor nominal R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.00 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do país, distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

| Sócios | Cotas | R\$ | Porcentagem |
|--------------------------------|----------------|-------------------|--------------------|
| MAGNUS BRUGNARA | 50.000 | 50.000,00 | 50% |
| WANDER BRUGNARA | 50.000 | 50.000,00 | 50% |
| Total do Capital Social | 100.000 | 100.000,00 | 100% |

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava – A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio Magnus Brugnara e ao administrador/sócio Wander Brugnara, que assinará em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira – A sociedade poderá a qualquer momento abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Segunda - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Terceira – Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quarta – O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta – A administração dos negócios sociais sabe aos sócios Wander Brugnara e Magnus Brugnara, que usarão o título de Sócio-Administrador, praticando os atos conforme estabelecido nos parágrafos seguinte:

§ 1º - Para os seguintes atos a sociedade estará representada pela assinatura isolada do sócio-administrador ou de procurador constituído em nome da sociedade:

- a) representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro bem como representações em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representações perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- c) abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento;
- d) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da sociedade;
- e) constituição de procurador ad judícia, podendo haver mais de um procurador;
- f) receber e dar quitação de créditos, dinheiro e valores;
- g) emitir faturas;
- h) praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

§ 2º - Para os seguintes atos a sociedade estará representada dos dois sócios-administradores:

- a) constituição de procurador ad negotia com poderes determinados e tempo certo de mandato, podendo haver mais de um procurador;
- b) alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo;
- c) oferecimento de garantias.

§ 3º - Para todos os demais atos ordinários e extraordinários de administração societária, não elencados no parágrafo anterior, a sociedade estará representada pela assinatura de quaisquer dois sócios-administradores, ou um sócio administrador e um procurador constituído em nome da Sociedade. Entre atos exemplificam-se os seguinte:

Handwritten signatures and initials: AN, [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible]



- a) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- b) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da sociedade;
- c) constituição de procurador ad judícia, podendo haver mais de um procurador.

§ 4º - É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação a sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos de favor, mesmo que a benefício dos próprios sócios.

§ 5º - Aos sócios incumbidos da administração serão atribuídos pro labore mensais, fixados por comum acordo e levado à conta das despesas gerais.

Cláusula Décima Sexta – Da Reunião dos Sócios

16.1. A reunião dos sócios poderá ser convocada a qualquer tempo pelo administrador ou qualquer dos sócios da sociedade.

16.2. A convocação deverá ser efetuada mediante carta registrada com aviso de recebimento, encaminhada aos sócios com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo, a data, local, hora e ordem do dia, dispensada a publicação de edital para convocação.

16.3. O comparecimento da totalidade dos sócios, ou declaração, por escrito, de ciência do local, data e ordem do dia, dispensará o procedimento de convocação.

16.4. O sócio poderá ser representado na reunião por outro sócio ou por procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes conferidos.

16.5. A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

16.6. As deliberações da Reunião de Sócios, ressalvadas as exceções previstas na lei e neste contrato, serão tomadas por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

16.7. A cada quota corresponderá 1(um) voto nas deliberações da Reunião de Sócios.

16.8. Nos termos da legislação em vigor, a Reunião de Sócios será dispensada na hipótese de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da mesma.

16.9. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovam. (art. 1.080 do C. Civil – Lei 10.406/2002).

Cláusula Décima Sétima – A sucessão.

A sociedade não se dissolverá por morte, retirada ou interdição de qualquer dos sócios. Os herdeiros do falecido ou interditado, mediante concordância expressa dos outros sócios poderão permanecer na sociedade, ou ter seus haveres apurados a serem levantados na data do falecimento ou interdição, hipótese em que a liquidação dos créditos encontrados se fará de forma parcelada, a critério da administração da empresa, no intuito de não causar prejuízos na continuidade social.

§ 1º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 2º - A admissão da transferência ou cessão de quotas da sociedade deverá ocorrer na forma das alíneas, transcritas neste ato:

- a) Pretendendo um sócio transferir suas quotas, deverá ele, primeiramente, comunicar por escrito sua intenção, bem como preço e condições de pagamento, aos demais sócios;
- b) Os sócios informados nos termos do parágrafo anterior em terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação feita aos mesmos, para fazerem uso do direito de preferência. Mais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 195291034 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

10/11/2019

de um sócio, manifestando o desejo de fazer uso de seu direito de preferência, serão as quotas cedidas na proporção de cada um no capital social da empresa;



c) Antes de decorrido o prazo fixado no parágrafo 2º desta cláusula, poderão os demais sócios, por maioria de 2/3 (dois terços), deliberar pelo resgate das quotas, com posterior redução ou não do capital social. Neste caso as quotas serão resgatadas por seu valor patrimonial, pago de forma parcelada, a critério da administração da empresa, no intuito de não causar prejuízos na continuidade social.

d) Caso nenhum sócio, no prazo fixado, tenha manifestado desejo de adquirir as quotas poderá o sócio interessado oferecer suas quotas a terceiros, desde que não tenha sido deliberado o resgate das mesmas, conforme previsto no parágrafo anterior;

e) Manifestando um terceiro, interesse em adquirir as quotas, deverá o sócio comunicar por escrito, aos demais sócios, o nome do interessado, bem como o preço e condições de pagamento as quotas. Recebida a comunicação, os demais sócios, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito, poderão, ainda, adquirir quotas por preço e condições de pagamento constantes da proposta inicialmente recebida. Decorrido o prazo acima fixado sem que nenhum quotista manifeste o desejo de adquirir as quotas poderão estas ser cedidas a terceiros;

f) As transferências de quotas feitas com inobservância do disposto neste instrumento são nulas perante a sociedade.

Cláusula Décima Oitava – Fica eleito o foro de Belo Horizonte para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 26 de Novembro de 2019

WANDER BRUGNARA
CPF: 895.966.846-04

MAGNUS BRUGNARA
CPF: 046.047.296-89





Registro Digital

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/529.103-4 | MGP1900803567 | 26/11/2019 |

| CPF | Nome |
|----------------|-----------------|
| 046.047.296-89 | MAGNUS BRUGNARA |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Página 1 de 1



Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 195291034 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

1000-1111



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, de NIRE 3120868793-4 e protocolado sob o número 19/529.103-4 em 26/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7581412, em 28/11/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |
| 046.047.296-89 | MAGNUS BRUGNARA |

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de novembro de 2019

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 19529.103-4 em 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



| REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA | | DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES | | SECRETARIA NACIONAL DE LICITAÇÃO | |
|-----------------------------------|--|-------------------------------|--|--------------------------------------|--|----------------------------------|--|
| NOME | | | | | | EVALDO ARAUJO LOPES | |
| DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF | | | | | | MGI0954870 SSP MG | |
| CPF | | | | | | 041.059.116-51 | |
| DATA NASCIMENTO | | | | | | 03/09/1979 | |
| FILIAÇÃO | | | | | | JOSE LOPES PINTO | |
| MÃE | | | | | | MARIA DO SOCORRO ARAUJO LOPES | |
| PERMANÊNCIA | | | | | | AOC | |
| CATEGORIA | | | | | | B | |
| Nº REGISTRO | | | | | | 01477547711 | |
| VALIDADE | | | | | | 09/06/2025 | |
| 1ª HABILITAÇÃO | | | | | | 05/10/2000 | |
| OBSERVAÇÕES | | | | | | | |
| <div></div> | | | | | | | |
| ASSINATURA DO PORTALADOR | | | | | | | |
| LOCAL | | | | | | | |
| IPATINGA, MG | | | | | | | |
| DATA EMISSÃO | | | | | | | |
| 10/06/2020 | | | | | | | |
| ASSINATURA DO EMISSOR | | | | | | | |
| Kleyverson Rezende | | | | | | | |
| Diretor DETRAN/MG | | | | | | | |
| 88385268295 | | | | | | | |
| MG574464999 | | | | | | | |
| MINAS GERAIS | | | | | | | |

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2103354478

PROIBIDO PLASTIFICAR
2103354478

CONFERE COM O ORIGINAL
03/09/2020
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUN. CEL. FABRICIANO

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

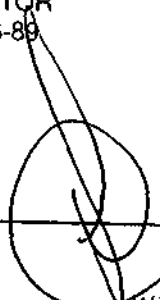
PROCURAÇÃO
Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

A TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, com sede na AVENIDA OLEGÁRIO MACIEL, nº 2251, bairro Lourdes, Belo Horizonte - MG, cadastrada no CNPJ sob o nº 11.468.681/0001-33, por seu Representante Legal, Magnus Brugnara, pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o(a) Sr.(a) Evaldo Araujo Lopes, carteira de Identidade nº MG 10.954-870, expedida pela SSP/MG, com CPF nº 041.059.116-51, residente a Rua Vital Brasil, nº 1017, bairro Cidade Nova, Cidade Santana do Paraíso, CEP: 35.179-000, brasileiro (a) com poderes especiais e específicos para prestar esclarecimentos, firmar compromisso e obrigações, tomar decisões, receber e dar quitação, renunciar ao direito de recurso, negociar preços, formular ofertas e lances verbais, assinar propostas, declarações, certidões, contratos, bem como praticar os atos necessários aos legítimos interesses outorgante. (

Este instrumento é para fins de participação no Processo Licitatório sob modalidade de **Pregão nº 029/2020**, formulada pelo Município de Coronel Fabriciano/MG.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020.

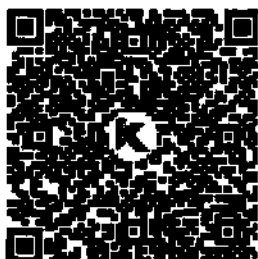
MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-88



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069828

Passo 3 - Digite a senha: 8w66W3X5



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06


d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, CNPJ 11.468.681/0001-33, declara, sob as penas da lei, que cumprimos plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes da Condição do edital do **Pregão n. 029/2020**.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020.

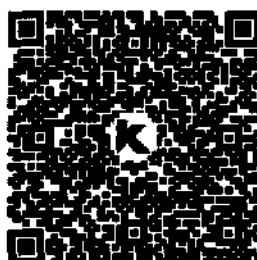


MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-89

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069833

Passo 3 - Digite a senha: 18jt9Y2E



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente

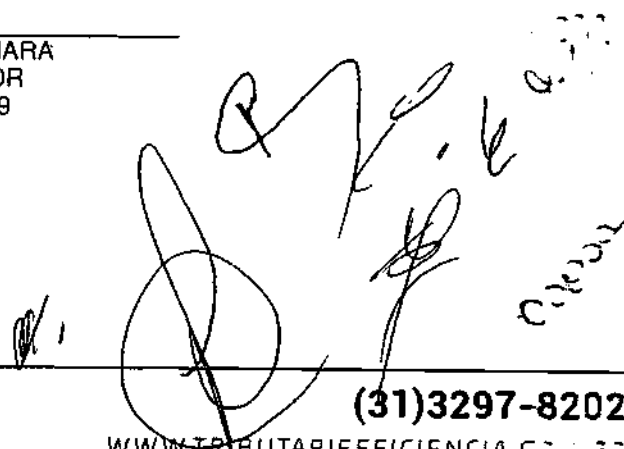
DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

A TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.468.681-33, por intermédio de seu Representante legal o(a) Sr(a) Magnus Brugnara, portador(a) da Carteira de Identidade nº MG5575084 e do CPF nº 046.047.296-89, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 ou Lei Municipal nº 3.921/2014.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020.

MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-89

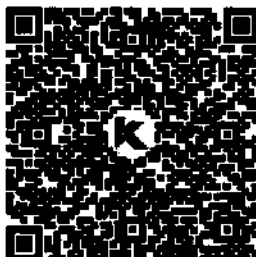


(31)3297-8202

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069835

Passo 3 - Digite a senha: lko68yFa



ICP
Brasil

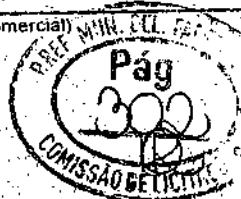
046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J192754076560

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO DO
VIAS DO ATO EVENTO QTD DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

| | | | | |
|---|-----|-----|---|-------------------------------|
| 1 | 090 | | | CONTRATO |
| | | 315 | 1 | ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

CORONEL FABRICIANO

Local

18 Março 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivé-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivé-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F781. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 191187241 e o código de segurança d. cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital



Capa de Processo

| | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Identificação do Processo | | |
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/118.724-1 | J192754076560 | 18/03/2019 |

| | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| Identificação do(s) Assinante(s) | |
| CPF | Nome |
| 120.024.846-51 | VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES |

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943-14-0001, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD96B4D27F89099D0F7B1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/118.724-1 e o código de segurança 3EAA45CD12A868594DD96B4D27F89099D0F7B1.
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-geral

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA



1. VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES, nacionalidade BRASILEIRA, Administrador, Solteiro, data de nascimento 25/04/1996, nº do CPF 120.024.846-51, documento de identidade 16335349, POLÍCIA CIVIL, MG, com domicílio / residência a RUA GERONINO LOPES DA ROCHA, número 02, A, bairro / distrito QUITANDINHA, município TIMOTEO - MINAS GERAIS, CEP 35.180-094 e

2. DANIEL SOUZA ALMEIDA, nacionalidade BRASILEIRA, Advogado, Divorciado, nº do CPF 042.002.796-30, documento de identidade 7.671.928, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA UBA, número 30, bairro / distrito ANA MALAQUIAS, município TIMOTEO - MINAS GERAIS, CEP 35.182-190.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia ELEVA BRASIL SOLUCOES.

Cláusula Segunda - O objeto social será OBJETO SOCIAL SERA A ATIVIDADE DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, ATIVIDADE DE INTERMEDIACAO E GERENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS, E ATIVIDADES ESPORTIVAS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA PARANAIBA, número 1201, bairro / distrito SANTA TEREZINHA I, município CORONEL FABRICIANO - MG, CEP 35.171-133.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 16/02/2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 10.000,00 (DEZ MIL reais) dividido em 10.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

| NOME | Nº DE QUOTAS | VALOR R\$ |
|---------------------------------|--------------|-----------|
| DANIEL SOUZA ALMEIDA | 1.000 | 1.000,00 |
| VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES | 9.000 | 9.000,00 |
| TOTAL | 10.000 | 10.000,00 |

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

MÓDULO INTEGRADOR: 15 J192754076560



MG17484401



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nre 31211298943-1, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89D99D0F7B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária. Para validar este documento, acesse <http://www.juceimg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/118.722.1 e o código de segurança dC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

1/3

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA



Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Noná - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de CORONEL FABRICIANO - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

MÓDULO INTEGRADOR: 15 J192754076560

111 100 1000000000 10 1111 0000 100 000

MG17484401

2/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943, protocolo 191187241 - 18/03/2019, Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/118.724-1 e o código de segurança de 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA



E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

CORONEL FABRICIANO, 16 de Fevereiro de 2019.

DANIEL SOUZA ALMEIDA

Sócio

VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES

Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 15 J192754076560

011 100 1000000000 10 1100 0000 100 010

MG17184401

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 10/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943-1, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária. Para validar este documento, acesse <http://www.juceimg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/18.724-1 e o código de segurança d. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal



Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 19/118.724-1 | J192754076560 | 18/03/2019 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|---------------------------------|
| 120.024.846-51 | VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES |

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943 e protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/118.724-1 e o código de segurança dDre. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, de nire 3121129894-3 e protocolado sob o número 19/118.724-1 em 18/03/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31211298943, em 19/03/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gabriela Costa Girardelli.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|---------------------------------|
| CPF | Nome |
| 120.024.846-51 | VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|---------------------------------|
| CPF | Nome |
| 120.024.846-51 | VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES |

Belo Horizonte, Terça-feira, 19 de Março de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 3121129894-3, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/118.724-1 e o código de segurança dC-1.2113. Cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|---------------------------|
| 117.312.756-92 | GABRIELA COSTA GIRARDELLI |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |

Belo Horizonte. Terça-feira, 19 de Março de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211298943 em 19/03/2019 da Empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, Nire 31211298943-1, protocolo 191187241 - 18/03/2019. Autenticação: 3EAA45CD12A868594DD98B4D27F89099D0F7B1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/119.724-1 e o código de segurança dC. Cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral



**1º CARTÓRIO DE NOTAS
COMARCA E MUNICÍPIO DE TIMÓTEO**

(Gabriel Tornalim Spitzer) TABELIÃO



Livro de Procurações n.º 245

Folha n.º 158

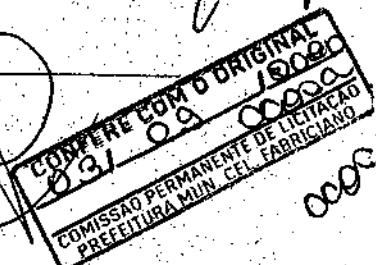
ESCRITURA PÚBLICA DE PROCURAÇÃO

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove) nesta Cidade de Timóteo, no Estado de Minas Gerais, no Tabelionato 1º Ofício de Notas de Timóteo à Rua 20 de Novembro, n.º 214, Loja 06, compareceu(ram) como **Outorgante: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 33.068.431/0001-49, com sede na Paranaíba, n.º 1201, Bairro Santa Terezinha I, Coronel Fabriciano, MG, nos termos do Contrato Social registrado da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob n. 31211298943, em 19/03/2019/2019 (dezenove de março de dois mil e dezenove), sendo este o último arquivamento conforme Certidão Simplificada emitida em 07/06/2019 (sete de junho de dois mil e dezenove) através do sítio eletrônico da JUCEMG neste ato representada por **VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, inscrito no CPF sob o n.º 120.024.846-51, portador da carteira de identidade MG-16.335.349 SSP/MG, residente e domiciliada na Rua Gerônimo Lopes da Rocha, n.º 02, A, Bairro Quitandinha, Timóteo, MG. Parte(s) que se identificou(ram) ser(em) a(s) própria(s), conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu(a-s) bastante(s) **Outorgado: JAIR SANTOS NUNES**, brasileiro, consultor, separado judicialmente, portador da carteira de identidade n.º M-4.271.084 expedido por PC/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 002.514.716-16, residente e domiciliado na Rua Cinquenta e Quatro, n.º 02, Bairro Quitandinha, Timóteo, Minas Gerais; **Poderes:** amplos poderes de representação perante aos órgãos públicos em âmbito Federal, Estadual e Municipal, podendo representar a outorgante em licitações, participando de todos os atos alusivos, todas as etapas, concordar com todos os seus termos, assinar propostas, cotações de preços, contrato, distrato, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, dar lances, conceder descontos, prestar caução, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir, assinar os documentos da licitação/concorrência, assinar quaisquer documentos, inclusive termos de responsabilidade, juntar e retirar documentos, fazer declarações e justificações, dar recibos e quitações, concordar, discordar, transigir, requerer, acordar, enfim podendo praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato, constituir procurador com poderes "ad judicium" e substabelecer com ou sem reserva de poderes. O Tabelião reserva-se o direito de não corrigir erros materiais, neste ato, advindos de declaração do outorgante; declarando o mesmo, que foi devidamente alertado por mim, sobre as consequências da responsabilidade civil e penal que aqui assumiu, e por todos os documentos que apresentou e por todas as declarações que prestou. Quantidade: 1 - (Código: 1458-9 - Procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro) - Emolumentos: R\$ 97,29; Recômpe: R\$ 5,84; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 32,41; ISS: R\$ 4,86 - Valor total: R\$ 140,40. Quantidade: 6 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 35,88; Recômpe: R\$ 2,16; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 11,94; ISS: R\$ 1,80 - Valor total: R\$ 51,78. Assim o dissera(m), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram), dispensada a presença de testemunhas, com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, Kênia Leidy Gonçalves Dias, Tabeliã Substituta a fiz digitar, subscrevo e assino. Dou fé. (aa) VINICIUS BRASIL ALVARENGA NUNES; Kênia Leidy Gonçalves Dias. Traslada em seguida.

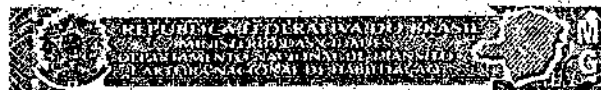
Timóteo, quinta-feira, 27 de junho de 2019

EM TESTO:  DA VERDADE.

Kênia Leidy Gonçalves Dias
Tabeliã Substituta



11/04/19



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1777793528



PROIBIDO PLASTIFICAR
1777793528

NOME
JAIR SANTOS NUNES

DOC. IDENTIDADE / FOTO / INSCRIÇÃO Nº
M42710944 SSP PIS

CPF
002.514.716-16 DATA NASCIMENTO
19/04/1971

TRANSMISSÃO
JUAKEZ ROCHA NUNES

IZAURA DOS SANTOS
NUNES

PERMISSÃO ACC CALHAIA

Nº REGISTRO
00577377270 VALOR DE
21/05/2024 1ª HABITAÇÃO
22/03/1990

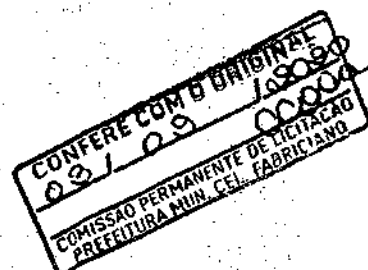
OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TIMOTEO, MG DATA EMISSÃO
22/05/2019

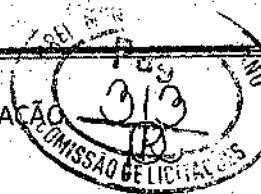
Kleyerson Rezende
Diretor DETRAN/MG 12601067245
ASSINATURA DO EMISSOR 139556039645

MINAS GERAIS



[Handwritten signatures and initials]

MODELO I - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020.

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, declara, sob as penas da lei, que cumprimos plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes da Condição do edital do Pregão n. 029/2020.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.

Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA I - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

MODELO V – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 ou Lei Municipal nº 3.921/2014.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.

Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA I - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

data da consulta: 17/05/2020 19:19:35

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 33.068.431/0001-49

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 19/03/2019

Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Volar

Carat PDF



AM
A.

P

P
P. B
M...

ANEXO II – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, apresenta proposta de preços.

OBJETO: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QTDE | VALOR UN (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|--------------|--|----|------|----------------|-------------------|
| 1 | APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSIVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL - VAF. | SV | 12 | 12.000,00 | 144.000,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | 144.000,00 |

VALOR TOTAL: R\$ 144.000,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS).

Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos; tributos incidentes; taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

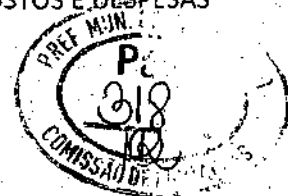
Resp. pelo Contrato: Jair Santos Nunes
Banco: 290 - PagSeguro Internet S.A
AG: 0001
Conta: 08263691-1
Tipo Conta: De Pagamento
Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.

Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

DECLARAÇÃO DE QUE OS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA INCLUEM TODOS OS CUSTOS E DESPESAS

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020



A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, declara que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital do Pregão Presencial n.º 029/2020.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.

Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA I - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG



ANEXO II – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

OBJETO: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinária.

| Item | Descrição | UN | Qtde | Valor Unt. | Valor Total |
|--|---|----|------|--|---|
| 1 | APURAÇÃO DO VAF DO MUNICÍPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL – VAF | SV | 12 | R\$12.800,00(DOZ E MIL E OITOCENTOS REAIS) | R\$153.600,00 (CENTO E CINQUENTA E TRES MIL E SEISCENTOS REAIS) |
| VALOR GLOBAL: R\$153.600,00(CENTO E CINQUENTA E TRES MIL E SEISCENTOS REAIS) | | | | | |

Declaramos expressamente que nos preços cotados estão inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

Menor preço por item

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento e aberturados envelopes

Nome da Empresa: TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA

CNPJ: 11.468.681/0001-33

Endereço: Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Lourdes – Belo Horizonte/MG

CEP: 30180-118

Email: contabilidade2@brugnara.com.br

Telefone: (31) 3297-8202

Data: 02/09/2020

Banco: SICOOB 756

Agencia: 4487

Conta: 2614-0

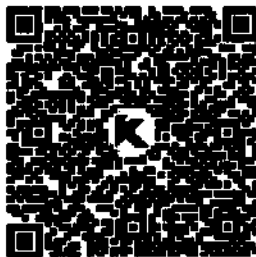
TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL
11.468.681/0001-33
SÓCIO DIRETOR
MAGNUS BRUGNARA
046.047.296-89



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:




Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069829




Passo 3 - Digite a senha: 4QOYKO5t



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente

ANEXO II**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020
Município de Coronel Fabriciano/MG

OBJETO:

Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários.

| Item | Descrição | Unid | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---------------------------------------|---|------|------|------------|-------------------|
| 01 | Apuração do vaf do município e cessão de Direito de uso de software, 100% acessível Via web, para realização da gestão Monitoramento e auditoria da apuração do Valor adicionado fiscal MUNICIPAL – VAF | SV | 12 | 14.500,00 | 174.000,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | | 174.000,00 |
| (cento e setenta e quatro mil reais). | | | | | |

OBSERVAÇÕES: Declaramos expressamente que nos preços cotados estão inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

Menor preço por item

Validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias

Nome da Empresa: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP

Data: 14/07/2020

Banco: SICOOB (756) - Agência: 4030 - Conta: 15.924-7

Pessoa encarregada para assinatura do Contrato: Tiago Keller Alves – Profissão Analista de Sistema – Sócio – Administrador.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2020.

Tiago Keller Alves
SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP

CNPJ Nº 14.599.453/0001-90

INSC. ESTADUAL Nº 001870504.00-78

RUA PROFESSOR COELHO JÚNIOR 45 - SALA 202

BAIRRO PLANALTO – BHTE - MG

TIAGO KELLER ALVES

CI nº MG 7.189.793

CPF nº 967.481.336-53

SÓCIO – ADMINISTRADOR

14.599.453/0001-90

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202

Bairro Planalto – CEP: 31720-160

BELO HORIZONTE – MG

SIGMA - TECNOLOGIA E ASSESSORIA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Planalto- Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP: 31720-160

www.sigmapvaf.com.br

(31) 3021-3786

sigma@sigmapvaf.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.468.681/0001-33 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 14/01/2010 |
| NOME EMPRESARIAL TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO AV OLEGARIO MACIEL | NÚMERO 2251 | COMPLEMENTO ANDAR B |
| CEP 30.180-118 | BAIRRO/DISTRITO LOURDES | MUNICÍPIO BELO HORIZONTE |
| UF MG | ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@BRUGNARA.COM.BR | |
| TELEFONE (31) 3297-8202 | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/09/2018 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/06/2020** às **08:20:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Handwritten signatures and initials]

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.468.681/0001-33

Razão Social: TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA

Endereço: AV OLEGARIO MACIEL 2251 ANDAR B / LOURDES / BELO HORIZONTE /
MG / 30180-118

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/08/2020 a 02/09/2020 /

Certificação Número: 2020080411023364502002

Informação obtida em 04/08/2020 13:51:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA
CNPJ: 11.468.681/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:20:49 do dia 31/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/06/2020. /

Código de controle da certidão: **F070.14E3.DE62.55A4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Rodovia do Sol, Km 21,5, Nº 1 x | Rodovão Webmail - A Rec: x | serviços.receita.fazenda.gov.br/ x +

← → ↻ ▲ Não seguro | serviços.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernas/PJ/Consultar/RelacaoCertidao



Receita Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Buscar no portal



Perguntas Frequentes | Contato | Serviços | Dados Abertos | Área de Imprensa | Onde Encontrar | Avisos | English | Español

Área de Imprensa

Relação das certidões emitidas por data de emissão

CNPJ: 11.458.681/0001-33 - TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA

Período: 03/11/2014 a 26/08/2020

| Código de controle | Tipo | Data-Hora emissão | Data de validade | Situação | Informações complementares | Segunda via |
|---------------------|----------------------------------|---------------------|------------------|---|----------------------------|-------------|
| F070.14E3.0E62.55A4 | Positiva com efeitos de negativa | 31/12/2019 20:20:49 | 28/06/2020 | Válida Prorrogada até 26/10/2020 / | | |
| E67E.2982.0119.4F9C | Negativa | 25/06/2019 15:48:20 | 22/12/2019 | Expirada | | |
| B7FE.A046.CBB5.4CFD | Positiva com efeitos de negativa | 07/01/2019 09:08:55 | 06/07/2019 | Expirada | | |

◀ ◁ ▢ ▷ ▶

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permaneceram válidos.

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 16/03/2020) e na Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

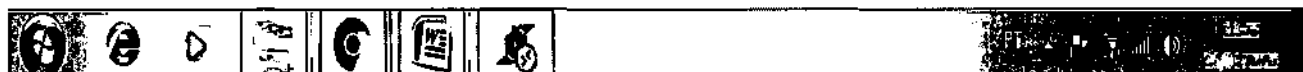
Nova consulta

▲ Voltar para o topo

idg.receita.fazenda.gov.br/servicos/area-de-impressao

Certidao-1145868_.pdf ^

Exibir todos x



[Handwritten signatures and notes]



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
16/06/2020 /CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
14/09/2020 /

NOME: TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA

CNPJ/CPF: 11.468.681/0001-33

LOGRADOURO: AVENIDA OLEGARIO MACIEL

NÚMERO: 2251

COMPLEMENTO:

BAIRRO: LOURDES

CEP: 30180118

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2020000403702218



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AHJEEOMJNJ**

Documento/Certidão nº **13.611.742** Exercício: **2020**

Emissão em: **04/08/2020 /**

Requerimento em: **10:48:58**

Validade: **03/09/2020 /**

Nome: **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**

CNPJ: **11.468.681.0001.33**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.468.681/0001-33

Certidão nº: 16157679/2020

Expedição: 15/07/2020/ às 15:18:59

Validade: 10/01/2021, - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.468.681/0001-33**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
BELO HORIZONTE



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA
CNPJ: 11.468.681/0001-33

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/201C do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 01 de Setembro de 2020 às 13:29

BELO HORIZONTE, 01 de Setembro de 2020 às 13:29

Código de Autenticação: 2009-0113-2906-0622-2385

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Prefeitura Municipal de
ITAMARANDIBA
Trabalhando por dias melhores



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E IDONEIDADE

Atestamos para os devidos fins, que a **TRIBUTARE EFICIÊNCIA FISCAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no sob o nº CNPJ: 11.468.681/0001-33, com sede na Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30180-118, bem como suas respectivas filiais, prestam(ram) serviços para o **Município de Itamarandiba-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Itamarandiba, na Rua Tabelião Andrade, 205 Centro - Cep 39.670-000, Itamarandiba-MG, inscrito no CNPJ sob o N° 16.886.871/0001-94, neste ato representado por seu prefeito municipal, Sr. **Luiz Fernando Alves**, portador do CPF 072.009.726-65, residente e domiciliado neste município.

Os serviços contemplados são Contratação de serviços técnicos especializados na apuração do VAF (Valor Adicionado Fiscal). Acompanhamento e Fiscalização do (Crédito Externo dos Contribuintes Sediados Fora do Município), Acompanhamento e Controle das notas fiscais emitidas pelos produtores rurais sediados no município (VAF – B). Auditoria das (DAMEFS). Demonstrativo Anual do Movimento Econômico e Fiscal dos Contribuintes Inscritos no (VAF - A). Conforme o disposto na Resolução de nº. 4.306, de 08 de Abril de 2011 no seu Capítulo V Art. 21 (SEF MG). E em conformidade com a Portaria nº. 154 de 07 de Março de 2017 e levantamento e apuração do ISSQN com ênfase nas instituições financeiras sediadas no município, bancos e cartórios, e empresas de grande porte.

Declaramos estar plenamente satisfeitos com os serviços prestados até a presente data. Não existindo fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Portanto ratificamos a idoneidade da contratada.

Itamarandiba, 27 de junho de 2019.

Município de Itamarandiba-MG
Luiz Fernando Alves – Prefeito Municipal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site: <https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

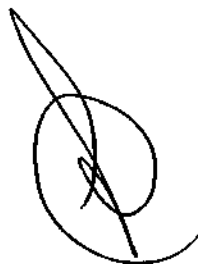
Passo 2 - Digite o login: 0045440

Passo 3 - Digite a senha: 67Jp4t95

Documento assinado eletronicamente por:

046.047.296-89 - MAGNUS BRUGNARA em 11/07/2019 16:30

16.886.871/0001-94 - MUNICIPIO DE ITAMARANDIBA em 11/07/2019 18:50

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' and 'B' followed by a horizontal line.A small, stylized handwritten signature.A stylized handwritten signature.A small, stylized handwritten signature.A large, stylized handwritten signature.A stylized handwritten signature.

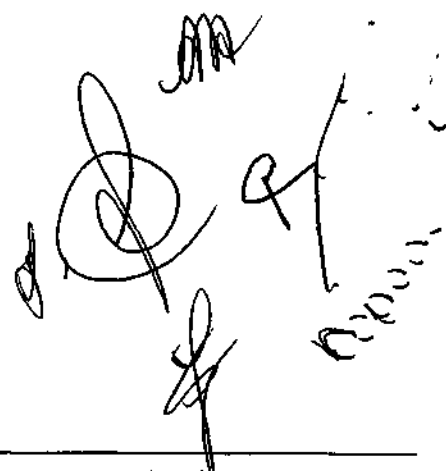
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

A TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, CNPJ 11.468.681/0001-33, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020

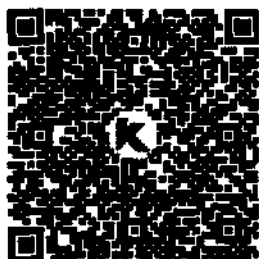
MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-89



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069834

Passo 3 - Digite a senha: 4w08u999



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

d38901788c533e8286cb6400b40b388d - Assinado Digitalmente



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CF
Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

A TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, CNPJ 11.468.681/0001-33, declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão n.º 029/2020, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020

MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-89

[Handwritten signatures and initials]

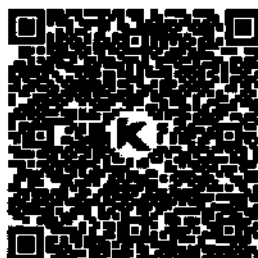
(31)3297-8202



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069831

Passo 3 - Digite a senha: 2d21438q



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

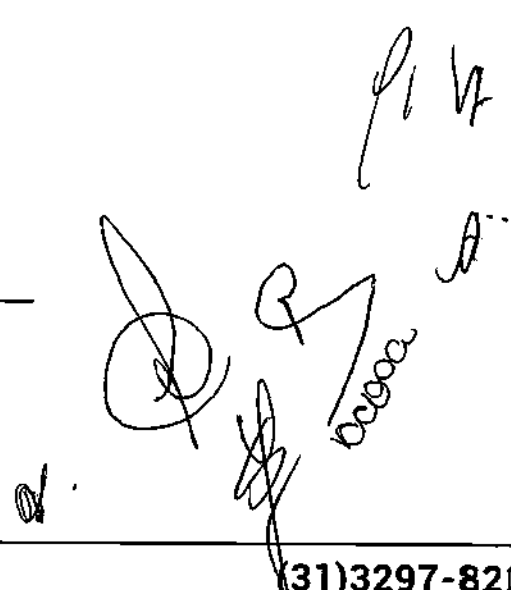
d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS SÓCIOS E NEM EM SEU
QUADRO PESSOAL, FUNCIONÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020

TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, CNPJ 11.468.681/0001-33, declara, sob as penas da lei, que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Coronel Fabriciano.

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2020.

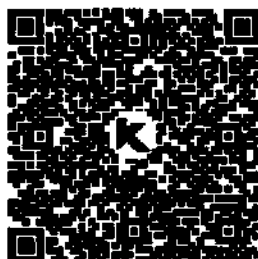
MAGNUS BRUGNARA
SÓCIO DIRETOR
046.047.296-89



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0069832

Passo 3 - Digite a senha: 73Yx9K7F



ICP
Brasil

046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
02/09/2020 às 17:06

d38901768c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



| | | | | | |
|--|--------------------------------------|---|--|--|--|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.068.431/0001-49 MATRIZ | | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 19/03/2019 | |
| NOME EMPRESARIAL ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. | | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ELEVA BRASIL SOLUÇÕES | | | | PORTE ME | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial | | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente | | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | | | |
| LOGRADOURO R PARANAIBA | | NÚMERO 1201 | | COMPLEMENTO ***** | |
| CEP 35.171-133 | BAIRRO/DISTRITO SANTA TEREZINHA I | MUNICÍPIO CORONEL FABRICIANO | | UF MG | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO CARLADINEY@HOTMAIL.COM | | TELEFONE (31) 8726-4469 | | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2019 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/07/2020 às 09:56:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Assinaturas manuscritas]

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.068.431/0001-49

Razão Social: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Endereço: R PARANAIBA 1201 / SANTA TEREZINHA I / CORONEL FABRICIANO / MG / 35171-133

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/08/2020 a 18/09/2020 /

Certificação Número: 2020082004492563338696

Informação obtida em 02/09/2020 15:38:12 /

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 33.068.431/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:09:10 do dia 18/03/2020, hora e data de Brasília.

Válida até 14/09/2020.

Código de controle da certidão: **EBE5.0A55.0E60.07AC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinaturas manuscritas]

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS**

MIN. CEL. FA
Pág
310
SABELIC

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
17/08/2020CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
15/11/2020

NOME: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

CNPJ/CPF: 33.068.431/0001-49

LOGRADOURO: RUA PARANAIBA

NÚMERO: 1201

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SANTA TEREZINHA I

CEP: 35171133

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: CORONEL FABRICIANO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2020000415568767

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano
Secretaria de Governança Financeira e Orçamento - SGFO

CERTIDÃO NEGATIVA

RAZÃO SOCIAL: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
Endereço: RUA PARANAIBA 1201 LOJA - SANTA
TEREZINHA Coronel Fabriciano-MG
CNPJ: 33.068.431/0001-49
Inscrição Municipal: 136536

CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competência e administrados pelo Poder Público Municipal. Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do mobiliário no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Emitida em: 17/08/2020 19:13:19 /

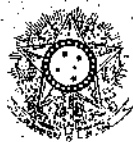
Validade: 16/09/2020

Código de controle da certidão: 31EA37F50F857B7A5D15

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Praça Louis Ensck, nº64, Centro, Coronel Fabriciano - MG Cep:35.170-033
Fone: (31)3846-7030 site:www.fabriciano.mg.gov.br

[Handwritten signatures and initials]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 33.068.431/0001-49

Certidão nº: 6813986/2020

Expedição: 18/03/2020, às 11:30:22

Validade: 13/09/2020, - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.068.431/0001-49, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

AM P.4
P.7
am.11



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 33.068.431/0001-49

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 17 de Agosto de 2020 às 19:16

CORONEL FABRICIANO, 17 de Agosto de 2020 às 19:16

Código de Autenticação: 2008-1719-1630-0553-9438

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA

Praça JK, nº 106 Centro – Marliéria/MG – CEP: 35.185-000

CNPJ: 16.796.872/0001-48 – Telefone: (31) 3844-1160

www.marlieria.mg.gov.br



Atestado de Capacidade Técnica

A Prefeitura Municipal de Marliéria, inscrita no CNPJ sob o nº 16.796.872/0001-48, com sede à Praça JK, 106 - Centro - Marliéria/MG e CEP 35.185-000, atesta para os devidos fins que a **Eleva Brasil Consultoria e Assessoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.068.431/0001-49, com sede na Rua Paranaíba, 1201 – Santa Terezinha – Coronel Fabriciano/MG, CEP 35.133-171, presta serviços conforme contrato Nº 74/2019 (período de 12 meses) com data de 05/06/2019 e contrato Nº 48/2020 com data de 05/06/2020 (período de 12 meses) de locação de licença de uso de Sistema Informatizado de Gestão do VAF (Valor Adicionado Fiscal) monitoramento, auditoria da apuração e serviços de conversão de dados, compreendendo a implantação, parametrização, suporte técnico operacional, treinamento e atualização, tendo ainda as funcionalidades de importação de contribuintes ativos, arquivo de retorno do VAF, EFD ICMS-IPI e as funcionalidades de processamentos das DAMEF através EFD ICMS-IPI, apuração das divergências entre valores na DAMEF versus EFD ICMS-IPI, envio de notificações eletrônicas e gerenciamento das respostas às notificações.

Atesta ainda, que tais serviços estão sendo executados a contento e dentro dos prazos pré-estabelecidos contratualmente, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a qualidade e responsabilidade com as obrigações.

Marliéria-MG, 14 de julho de 2020.

**GERALDO MAGELA BORGES
DE CASTRO:46413073691**

Assinado de forma digital por GERALDO MAGELA BORGES DE
CASTRO:46413073691
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=(EM BRANCO), ou=16636540000104,
ou=AC PRODEMGE RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, cn=GERALDO MAGELA BORGES DE
CASTRO:46413073691
Dados: 2020.07.14 11:40:32 -03'00'

Geraldo Magela Borges de Castro
Prefeito Municipal

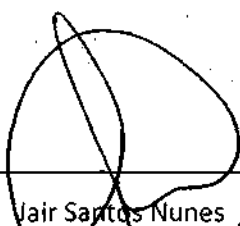
MODELO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.


Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

MODELO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CF



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão n.º 029/2020, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.

Jair Santos Nunes

CPF: 002.514.716-16

Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

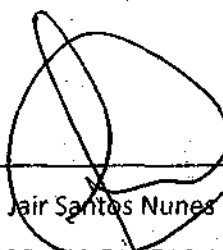
MODELO IV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS SÓCIOS E NEM EM SEU QUADRO PESSOAL, FUNCIONÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG
Pregão Presencial n.º 029/2020
Processo de Compra n.º 256/2020
Processo Licitatório n.º 117/2020

A empresa ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ nº. 33.068.431/0001-49, sediada à Rua Paranaíba, 1201 - Loja, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35.171-133 - Coronel Fabriciano/MG, neste ato representado pelo seu Procurador, Sr. Jair Santos Nunes, portador da Carteira de Identidade nº M4.271.084 - SSP/MG e do CPF nº. 002.514.716-16, declara, sob as penas da lei, que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Coronel Fabriciano.

Coronel Fabriciano-MG, 01 de setembro de 2020.


Jair Santos Nunes
CPF: 002.514.716-16
Procurador

33.068.431/0001-49
ELEVA BRASIL CONSULTORIA
E ASSESSORIA LTDA - ME
RUA PARANAÍBA, Nº 1201
BAIRRO SANTA TEREZINHA - CEP 35.171-133
CORONEL FABRICIANO - MG

Handwritten initials: d. and AM

Handwritten signature and initials: P. and 20/09/20



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.599.453/0001-90 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 10/11/2011 |
| NOME EMPRESARIAL SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SIGMAVAF | | PORTE EPP |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO R PROFESSOR COELHO JUNIOR | NÚMERO 45 | COMPLEMENTO SALA: 202; |
| CEP 31.720-160 | BAIRRO/DISTRITO PLANALTO | MUNICÍPIO BELO HORIZONTE |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO GHERARDI@HOTMAIL.COM.BR | | UF MG |
| TELEFONE (31) 3054-4573/ (31) 8433-3766 | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/11/2011 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/08/2020 às 11:25:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Assinaturas manuscritas]

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.599.453/0001-90

Razão Social: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA

Endereço: R PROFESSOR COELHO JUNIOR 45 SALA 202 / PLANALTO / BELO
HORIZONTE / MG / 31720-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/08/2020 a 10/09/2020

Certificação Número: 2020081203323291365230

Informação obtida em 27/08/2020 11:15:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

BRASIL

Acesso à Informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**
CNPJ: **14.599.453/0001-90**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:58:05 do dia 14/07/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/01/2021. |

Código de controle da certidão: **611A.AAE1.5B38.0F91**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão

| | | | | | |
|--|--|------------------------------|--|-----------------|--|
|  | | | SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS | | |
| CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa | | | CERTIDÃO EMITIDA EM 14/07/2020 | | |
| | | | CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 12/10/2020 | | |
| NOME/NOME EMPRESARIAL: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA | | | | | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001870504.00-78 | | CNPJ/CPF: 14.599.453/0001-90 | | SITUAÇÃO: Ativo | |
| LOGRADOURO: RUA PROFESSOR COELHO JUNIOR | | | | NÚMERO: 45 | |
| COMPLEMENTO: SALA 202, | | BAIRRO: PLANALTO | | CEP: 31720160 | |
| DISTRITO/POVOADO: | | MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE | | UF: MG | |
| <p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p> | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO | | NÚMERO DO PTA | | DESCRIÇÃO | |
| | | | | | |
| A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos | | | | | |
| CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2020000408977339 | | | | | |



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal



CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABEKEOPJPJ**

Certidão nº **13.723.074** Exercício: **2020**

Emissão em: **27/08/2020**

Requerimento em: **12:01:24**

Validade: **26/09/2020** /

Nome: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**

CNPJ: **14.599.453.0001.90**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal



DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABEKEOPJPJ**

Documento/Certidão nº **13.723.074** Exercício: **2020**

Emissão em: **27/08/2020**

Requerimento em: **12:01:24**

Validade: **26/09/2020**

Nome: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA**

CNPJ: **14.599.453.0001.90**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.599.453/0001-90

Certidão n°: 16068678/2020

Expedição: 14/07/2020, às 16:00:09

Validade: 09/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 14.599.453/0001-90, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Assinaturas manuscritas]



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA



CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 14.599.453/0001-90

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 27 de Agosto de 2020 às 11:22

BELO HORIZONTE, 27 de Agosto de 2020 às 11:22

Código de Autenticação: 2008-2711-2222-0263-3668

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Município de Contagem
Secretaria Municipal de Fazenda
Superintendência de Tributação



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ: **14.599.453/0001-90**, em conformidade com o disposto no **Contrato Nº 110/2017** e seus **Termos Aditivos**, Processo Licitatório Nº 061/2017, Pregão Eletrônico Nº 023/2017, executa junto ao município o seguinte serviço, conforme cláusula primeira do referido contrato:

O presente Contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LOCAÇÃO, com garantia de funcionamento e evolução tecnológica, através de Cessão de Direito de Uso de Software, para monitoramento e acompanhamento do VAF – Valor Adicionado Fiscal, incluindo todas as atividades alusivas ao gerenciamento, gestão administrativa e tratamento das informações que envolvam a Declaração de Movimentação Econômica e Fiscal – DAMEF, com monitoramento, gestão, análise e auditoria de todo processo de apuração e cálculo do VAF, no Município de Contagem, com o fornecimento de software 100% acessível via WEB, incluindo treinamento e suporte técnico para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do VAF, conforme especificações constantes do Edital e seus anexos e da Proposta da CONTRATADA, os quais independentemente de transcrição são partes integrantes deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

Sobre as funcionalidades do software, conforme Termo de Referência da referida licitação, podemos destacar:

1. Importação de arquivos da escrituração fiscal digital – EFD ICMS/IPI.
2. O sistema, a partir do processamento da EFD ICMS/IPI, fornece o RESUMO DE CFOPs.
3. O sistema gera as informações da Declaração de Movimento Econômico e Fiscal – DAMEF, a partir da EFD ICMS/IPI.
4. O sistema realiza a importação do arquivo de ATIVOS, disponibilizado pela SEF-MG.
5. O sistema realiza a importação dos arquivos de RETORNO DO VAF, disponibilizado pela SEF-MG.
6. A partir dos arquivos de RETORNO DO VAF, o sistema exibe a DAMEF de cada contribuinte.
7. O sistema realiza o cruzamento da DAMEF existente no arquivo de RETORNO DO VAF com aquela construída a partir da EFD ICMS/IPI (arquivos disponibilizados pelo contribuinte). O sistema demonstra as divergências encontradas.
8. O sistema possui notificações eletrônicas específicas para contribuintes omissos e com declaração sem movimento econômico.
9. O sistema, conforme Termo de referência da referida licitação, possui um extenso conjunto de notificações eletrônicas para tratar as divergências encontradas no cruzamento da DAMEF, existe no arquivo de RETORNO DO VAF, e aquela obtida do processamento da EFD ICMS-IPI.
10. O sistema possui um módulo para gestão das respostas dadas às notificações eletrônicas, conforme Termo de Referência.
11. O sistema, a partir dos CTE's escriturados na EFD ICMS-IPI, auxilia os auditores para verificação dos créditos de valor adicionado gerados por transportadores.

[Handwritten signatures and initials]




Município de Contagem
Secretaria Municipal de Fazenda
Superintendência de Tributação



Assim, ATESTAMOS que todos os itens apresentados no TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante do processo licitatório em epígrafe, **SÃO PLENAMENTE EXECUTADOS PELA SIGMA TECNOLOGIA**, conforme estabelecia a peça editalícia e o referido contrato de prestação de serviço.

Contagem, 15 de julho de 2020.


FÁBIO ALVES BARBOSA
DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
Matrícula: 09614-8


ADMILSON LINO DE SOUZA FILHO
SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO
Matrícula: 148846-1

Fones: (31) 3363-5621/ 3352-5051/ 99934-8283
fabio.barbosa@contagem.mg.gov.br/ vaf@contagem.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Contagem
CNPJ: 18.715.508/0001-31



CARTÓRIO NOGUEIRA - CONTAGEM - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DVK01388) **FABIO ALVES BARBOSA** em
testemunho de verdade.
Contagem, 15/07/2020 14:02:17 5762

SELO DE CONSULTA: DVK01388
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3608.9815.8262.5763
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticados por:
Lafaelaine de Jesus Medeiros - Escrevente
Emot: R\$5,48 - TFC: R\$7,20 - Total: R\$12,68 - R\$0,24
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.fmg.jus.br>



ETIQUETA
AAR788127

2º Ofício de Notas de Belo Horizonte
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de **ADMILSON LINO DE SOUZA FILHO** em testemunho da verdade. Belo Horizonte, 16/07/2020.

Selo de Consulta: DVH76303
Cód. Seg: 7443.7819.2767.8764

Quantidade de Atos Praticados: 00001
Atos praticados por **SASKIA NATIANE SILVA ALVES** - Escrevente Autorizada
Emot: R\$6,48 - TFC: R\$ 1,70 - Valor Final: R\$ 8,18 - ISS: R\$ 0,26
Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.fmg.jus.br>

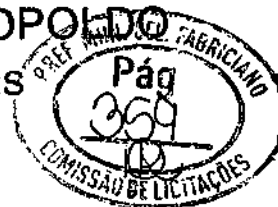


ETIQUETA
AA4942012

Secretaria de Fazenda - Subsecretaria da Receita Municipal - Superintendência de Tributação
Av. João César de Oliveira, 8.620 - Beatriz/Sede - Contagem/MG - CEP: 32040-000 - Fones: (31) 3363 5663



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO
CEP 33600-000 - ESTADO DE MINÁS GERAIS
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Atestamos que a **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ: 14.599.453/0001-90, em conformidade com o disposto no Contrato Nº 058/2015 e seus Termos Aditivos, Pregão Presencial Nº118/2015, executou **SERVIÇOS DE GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VAF MUNICIPAL**, executa serviços de gestão, monitoramento e análise da apuração do VAF municipal desde 15/10/2015. O referido contrato, através de seu 2º Termo Aditivo, teve seu prazo prorrogado até 15/10/2018.

Todas as atividades foram desenvolvidas com a utilização do software **SIGMAVAF**, 100% Web. O uso dessa tecnologia permitiu o desenvolvimento das seguintes rotinas:

Utilização das seguintes fontes de dados eletrônicos de documentos e registros fiscais, com rotinas de importação, com a formação de banco de dados relacional:

- Arquivo de Ativos (VAFPR)
- Arquivos de Retorno da apuração do VAF
- Arquivo da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, do Simples Nacional, disponibilizado pela Receita Federal.
- Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD (COTEPE ICMS nº 09 18/04/2008)

Com a integração dessas diversas fontes realizou-se:

1. Cruzamento dos dados informados na Declaração Anual de Movimentação Econômica e Fiscal – DAMEF e aqueles obtidos da EFD;
2. Confrontamento do VAF apurado pela DAMEF e aquele apurado pelas outras fontes;
3. Identificação de inconsistências e geração eletrônicas de notificações:
 - Aviso de prazo de entrega da declaração DEFIS a todos os contribuintes do Simples Nacional;
 - Aviso de prazo de entrega da declaração do VAF/DAMEF;
 - Entrega eletrônica do Manual Síntese de Preenchimento da DAMEF;
 - Solicitação eletrônica dos arquivos da EFD para os contribuintes obrigados a essa escrituração contábil;
 - Notificação a contribuintes Omissos de Entrega da VAF/DAMEF;
 - Notificação a contribuintes com Declarações Recusadas pela SEF/MG;
 - Notificação a contribuintes com Declarações que se encontram sem movimentação no VAF/DAMEF;
 - Notificação a contribuintes com inconsistência no preenchimento do campo ajuste de transferências;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

CEP 33600-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- Notificação a contribuintes com divergência encontrada no preenchimento do campo outras de Entrada, apresentando inclusive os corretos de valores a serem informados nesse campo;
 - Notificação a contribuintes com divergência encontrada no preenchimento do campo outras de Saída, apresentando inclusive os corretos de valores a serem informados nesse campo;
 - Notificação a contribuintes com declarações cujo VAF apurado seja igual a zero, exceto transportadoras;
 - Notificação a contribuintes com declarações cujo VAF apurado seja igual a zero, específica para transportadoras;
 - Notificação a contribuintes com declarações cujo VAF apurado seja negativo;
 - Notificação a contribuintes com declarações cujo VAF apurado seja inferior ao apurado no ano imediatamente anterior;
4. Geração de relatórios gerenciais com utilização de gráficos diversos e tabelas com dados sintéticos da apuração do VAF. Tais relatórios foram desenvolvidos com utilização de ferramenta de BI (Business Intelligence) e com possibilidade de exportação para os formatos PDF e XLS, tais como:
- Relatório cadastral dos contribuintes
 - Listagem simplificada dos contribuintes ATIVOS
 - Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município
 - Listagem de contribuintes apresentando VAF atual, VAF anterior, diferença absoluta e relativa
 - Evolução do VAF Total ao longo dos vários retornos do exercício
 - Listagem das notificações expedidas contendo todos os dados referente ao envio
 - Listagem dos créditos externos recebidos, apresentando comparativo com o ano anterior para aqueles coincidentes
 - Quantitativos de contribuintes por regime de tributação
 - Histórico do contribuinte: notificações expedidas, respostas enviadas e contra respostas.
 - Histórico do VAF do contribuinte ao longo dos retornos do VAF disponibilizados pela SEF.
5. A partir de cada arquivo retorno do VAF, liberado pela SEF/MG, identificou-se a evolução do valor adicionado por contribuinte e total, bem como todos os campos que compõe a DAMEF.
6. Realização de consultas on-line aos dados de movimentações econômicas e operações com documentos fiscais carregados nas bases de dados do sistema, a partir de múltiplos critérios de pesquisas, inclusive para grupos de contribuintes, permitindo a impressão ou exportação dos dados consultados para planilhas eletrônicas, a partir da identificação e localização de registros por múltiplos critérios de seleção e agrupamento, em classificação ascendente e descendente, permitindo detalhamentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

CEP 33600-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

sucessivos dos agrupamentos existentes dos valores das colunas "valor contábil", "base de cálculo", "valor de ICMS", "valor de isentas ou não tributadas" e "valores outras".

7. Identificação de contribuintes que tiveram seus arquivos magnéticos de documentos eletrônicos carregados no sistema, as divergências entre os cálculos realizados pelo sistema, referentes aos quadros de movimentação de entrada, saída e exclusões de VAF e os valores respectivos informados na DAMEF completa do contribuinte, permitindo imediata identificação das distorções e omissões de informação da DAMEF Completa, com vistas à fundamentação da exigência de retificação do documento de informação econômico-fiscal do valor adicionado junto ao contribuinte ou à SEF/MG;
8. Geração de forma consolidada da DAMEF de Entrada e Saída do contribuinte, com cálculo das parcelas do valor adicionado referentes às operações de entrada e saída dispostas nos arquivos da EFD, salientando-se que as parcelas conhecíveis do valor adicionado fiscal apenas por ocasião da confecção da DAMEF oficial pelo contribuinte só serão consideradas no cálculo do valor adicionado fiscal efetuado pelo sistema quando for referente à totalidade do exercício, entregues à Prefeitura através de arquivo de "retorno".
9. Rotinas eletrônicas para gestão do processo de correções das DAMEF's inconsistentes, realizando o controle das notificações expedidas, processamentos das respostas e contra respostas e baixa da inconsistência.
10. Acompanhamento da apuração do VAF B junto à AF de jurisdição do município, com participação efetiva no processo de lançamentos de notas e verificações dos débitos e créditos realizados para o município.
11. Elaboração de recursos contra resultados inconsistentes do valor adicionado fiscal não corrigidos durante o período de apuração.
12. Elaboração de recursos contra a SEF/MG quando encontradas inconsistências entre as informações da DEFIS e aquelas apresentadas no retorno do VAF, no caso dos contribuintes do Simples Nacional.

Pedro Leopoldo, 22 de marco de 2018.

1º OFICIN
PESO LEOPOLDO

Celso Henrique Teixeira de Carvalho
Secretário Municipal de Fazenda

Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo
CNPJ: 23.456.650/0001-41

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI



18451 KKK

RECONHECIMENTO DE FIRMAS

סמל

...
...
...

مجلس

James M. Smith

Training

١٥٠

100

12/10/2014

अथर्ववेदः

Journal of

பொருள்

Barry

100



13

—

— 10 —

2000

507
VAL H
E

151
LAP
530

45:5
45:6
45:7

$$E: \mathbb{R}^n \rightarrow \mathbb{R}^n$$

1981

3728

01234

0571

35 (

0230

310
514
402

2000 2001 2002

DECLARAÇÕES (II – III – IV)

Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020
Município de Coronel Fabriciano/MG

ANEXO II –

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ 14.599.453/0001-90, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

ANEXO III –

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CF

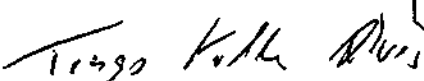
SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ 14.599.453/0001-90, declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão n.º 029/2020, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da

ANEXO IV –

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS SÓCIOS E NEM EM SEU QUADRO PESSOAL, FUNCIONÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ 14.599.453/0001-90, declara, sob as penas da lei, que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Coronel Fabriciano.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2020.


SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
CNPJ Nº 14.599.453/0001-90
INSC. ESTADUAL Nº 001870504.00-78
RUA PROFESSOR COELHO JÚNIOR 45 – SALA 202
BAIRRO PLANALTO – BHTE - MG
TIAGO KELLER ALVES
CI nº MG 7.189.793
CPF nº 967.481.336-53
SÓCIO – ADMINISTRADOR

14.599.453/0001-90

SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Bairro Planalto - CEP: 31720-160

BELO HORIZONTE - MG

SIGMA - TECNOLOGIA E ASSESSORIA

Rua Professor Coelho Junior, 45 - Sala 202
Planalto- Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP: 31720-160

www.sigmavaf.com.br

(31) 3021-3786

sigma@sigmavaf.com.br

MAPA DE DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020- PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020

Documentação Exigida

PROPOSTORES

TRAJIANE

ELSONA

Sigmar

1- Regularidade Jurídica

Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual, Certificado de inscrição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, Estatuto ou Contrato Social da Empresa e Última Alteração Contratual ou Contrato Consolidado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. O objetivo social a ser descrito deve estar condizentes com o objeto da licitação;

No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de exercício de direção em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento emitido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" acima, não precisarão constar do envelope "documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, desde que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório ou por funcionário do Município devidamente autorizado.

OK

OK

OK

2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

OK

OK

OK

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

Vencido

OK

OK

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros (Prova de regularidade relativa à seguridade social);

OK

OK

OK

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

OK

OK

OK

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal sede da empresa participante;

OK

OK

OK

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho ou comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Positiva com efeitos de Negativa. A certidão deverá ser emitida em caráter nacional.

OK

OK

OK

3 - Relativa à Qualificação Técnica

3.1.4.1. Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considerando que apuração do valor adicionado fiscal é realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com a finalidade de estabelecer o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS;

Considerando que o índice do valor adicionado, conforme Lei Estadual nº 18.030/2009, possui peso de 75% na composição do índice de participação;

Considerando que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º, § 5º, estabelece que os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos;

Atestado não atende

Atestado não atende

OK

| | | | |
|--|----|----|----|
| <p>10.1.4.1.2. O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:</p> <p>a) Importação de arquivos:</p> <p>1) Arquivo de ATIVOS</p> <p>2) Arquivo de RETORNO DO VAF</p> <p>3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI</p> <p>b) Funcionalidades:</p> <p>1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema;</p> <p>2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI;</p> <p>3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI;</p> <p>4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI;</p> <p>5) Envio de notificações eletrônicas;</p> <p>6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas.</p> | | | |
| 4 – Relativa à Qualificação Econômico-financeira | | | |
| Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida nos últimos 90 (noventa) dias; | OK | OK | OK |
| 5 – Outros Documentos | | | |
| Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (anexo IV); | OK | OK | OK |
| Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93 (anexo V); | OK | OK | OK |
| Declaração de que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro pessoal, funcionários com nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano (ver modelo no Anexo VI); | OK | OK | OK |



Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano
Estado de Minas Gerais
Mapa de Apuração dos Lances



| | | | | | |
|--|---|------------------|------------|--|-------------------------|
| Processo: 117/2020 | | Pregão: 29/2020 | | Data: 04/08/2020 | |
| Descrição do Item/Lote | | Unid. | Qtde. | Vencedor do Item | Valor Total |
| 1 | APURAÇÃO DO VAF DO MUNICÍPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GETÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL- VAF. | SV | 12 | 10284-SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI | 13.800,00000 165.600,00 |
| Participante | | Status | Hora Lance | Valor | Total |
| 10284 SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI | | PROPOSTA INICIAL | | 14.500,00000 | 174.000,00 |
| 10284 SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI | | | 16:04:36 | 13.800,00000 | 165.600,00 |


PATRICIA CRISTINA FERREIRA SA
Pregoeiro


ANA MARIA ARANTES
Membro/Equipe de apoio


PAULO VALADARES DA SILVA
Membro/Equipe de apoio



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
Assessoria de Licitações
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel
Fabriciano/ MG
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



ATA CIRCUNSTANCIADA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020

Às quatorze horas, do dia três de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se excepcionalmente a Pregoeira, Patricia Cristina Ferreira Sá, juntamente com a equipe de apoio formada pelos servidores: Paulo Valadares da Silva e Ana Maria Arantes, conforme designações contidas na Portaria nº 734/2018, de 23/05/2018, com a finalidade de realizar a abertura do Pregão Presencial nº 029/2020, cujo objeto é Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Esteve presente para acompanhamento dos trabalhos o Sr. Samuel Oliveira Goulart, Fiscal de Tributos, representante da Secretaria de Governança Financeira e Orçamentária, para avaliação dos atestados apresentados. A Pregoeira cumprindo com edital, solicitou aos representantes das proponentes presentes que se identificassem munido da carteira de identidade, procuração e contrato social para credenciamento. Foram credenciadas para a presente sessão, mediante apresentação da documentação exigida no edital, o Sr. Jair Santos Nunes, representante da empresa **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**; o Sr. Reginaldo Wemerson Alves, representante da empresa **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP**; e o Sr. Evaldo Araújo Lopes representante da empresa **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**. Sendo todas proponentes beneficiárias das Leis Complementares 123/2006 e 147/2014. Em seguida, deu-se início à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das proponentes. Nesta fase, as propostas foram apreciadas pela Pregoeira e registradas pela equipe de apoio. Encerrada a fase de lance, a Pregoeira abre o envelope contendo os documentos de habilitação da proponente cujo lance ofertado foi o de menor valor. A proponente **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA** apresentou a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, vencida, caso seja declarada vencedora, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que a empresa apresente a Prova de Regularidade devidamente regularizada, devido a proponente ser beneficiária das Leis Complementares 123/2006 e 147/2014. Diante da avaliação do Fiscal de Tributos, a proponente **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA** apresentou atestado de capacidade técnica que não atende aos exigidos nos subitens 10.1.4.1 e 10.1.4.1.2 do edital. Diante do exposto a Pregoeira comunicou a inabilitação da proponente **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA** pelo exposto acima. Em seguida, a Pregoeira abre o envelope contendo os documentos de habilitação da proponente **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** 2ª colocada na sessão. Diante da avaliação do Fiscal de Tributos, a proponente **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** apresentou atestado de capacidade técnica que não atende ao exigido no subitem 10.1.4.1.2 do edital. Diante do exposto a Pregoeira comunicou a inabilitação da proponente **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** pelo exposto acima. Em seguida, a Pregoeira abre o envelope contendo os documentos de habilitação da proponente **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP** 3ª colocada na sessão, analisando-os e constatando se a empresa encontrava-se em situação regular. Diante do exposto, a Pregoeira declara vencedora a proponente: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP**, referente ao item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), pois a mesma se encontrava habilitada. O representante da proponente **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, manifestou interesse em interpor recurso contra sua inabilitação referente ao atestado técnico apresentado. A Pregoeira abre prazo para recursos de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata que será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio, Fiscal de Tributos e representantes presentes.


PAULO VALADARES DA SILVA
Membro da Equipe de Apoio


ANA MARIA ARANTES FILHO
Membro da Equipe de Apoio


PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ
Pregoeira


SAMUEL OLIVEIRA GOULART
Fiscal de Tributos

Representantes:


ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA


SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP


TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos que a seguinte proponente saiu vencedora: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP**, referente ao item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 10 de setembro de 2020. Patricia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.



Assinatura



DIÁRIO OFICIAL

Coronel Fabriciano

Poder Executivo

ANO 2020

Coronel Fabriciano, quinta-feira, 10 de setembro de 2020

Número 1.321

SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos que a seguinte proponente saiu vencedora: SICMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, referente ao Item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 10 de setembro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. Resultado Pregão Presencial n° 031/2020 - Processo de Compra n° 316/2020 - Processo Licitatório n° 138/2020. Objeto: aquisição parcelada de lanches prontos para os usuários dos serviços e programas ofertados nos equipamentos públicos estatais pertencentes a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS deste município, bem como atender aos eventos institucionais, tais como: capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, simpósio, conferências, seminários e outros eventos da mesma natureza, e atender ainda aos encontros e reuniões ordinárias dos conselhos municipais da assistência social. Utilizando Recursos Ordinários, Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Comunicamos que todos os itens foram fracassados. Coronel Fabriciano/MG, 10 de setembro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.

As informações deste formulário estão em tempo real.

Para facilitar as buscas dos processos relacionados ao coronavírus Covid -19, Digite: "COVID" no campo OBJETOS

Processos Licitatórios

Detalhes do processo licitatório: 117/2020



Dados do processo Fornecedores Publicações Atas de Registro de Preço Dotações Empenhos

| # | Tipo | Data | Título | |
|----|---------------------------------|------------|--|---|
| 1 | AVISO DE LICITAÇÃO | 09-07-2020 | RESUMO | 3 |
| 2 | EDITAL | 09-07-2020 | EDITAL E ANEXOS | 3 |
| 3 | COMUNICADO | 17-07-2020 | ADIAMENTO | 8 |
| 4 | COMUNICADO | 20-07-2020 | ADIAMENTO PARA 04/08/2020 ÀS 09:00 | 3 |
| 5 | RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO IMPETRADA | 23-07-2020 | RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO | 3 |
| 6 | SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO | 03-08-2020 | SUSPENSÃO | 3 |
| 7 | COMUNICADO | 04-08-2020 | SUSPENSÃO | 3 |
| 8 | COMUNICADO | 04-08-2020 | IMPUGNAÇÃO EDITAL - CORONEL FABRICIANO | 3 |
| 9 | COMUNICADO | 05-08-2020 | IMPUGNAÇÃO EICON | 3 |
| 10 | COMUNICADO | 14-08-2020 | RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO | 3 |
| 11 | RETIFICAÇÃO | 18-08-2020 | RETIFICAÇÃO DO EDITAL | 3 |
| 12 | COMUNICADO | 02-09-2020 | resposta a segunda impugnação | 3 |
| 13 | RESULTADO DE LICITAÇÃO | 11-09-2020 | RESULTADO | 3 |
| 14 | COMUNICADO | 14-10-2020 | TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE | 3 |



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
Assessoria de Licitações
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro –
Coronel Fabriciano/ MG
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020 PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020

Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

Informamos que em conformidade com o Item 11 do Termo de Referência fica marcado o teste de conformidade do software para o dia 16/10/2020 às 09 horas.

Coronel Fabriciano, 14 de Outubro de 2020.


PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ
Pregoeira

Assunto: **COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.**

De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>

Para: <jair@bcasolucoes.com.br>

Data: 14/10/2020 17:03



- COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.pdf (~302 KB)

-- Boa tarde.

Em anexo, o comunicado de teste de conformidade do Software. Por favor, confirmar o e-mail.

Atenciosamente, Patrícia.

Atenciosamente,

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063

Assunto: **COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.**

De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>

Para: <sigma@sigmavaf.com.br>

Data: 14/10/2020 17:02



- COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.pdf (~302 KB)

-- Boa tarde.

Em anexo, o comunicado de teste de conformidade do Software. Por favor, confirmar o e-mail.

Atenciosamente, Patrícia.

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063

Assunto: **COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.**

De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>

Para: <contabilidade2@brugnara.com.br>

Data: 14/10/2020 17:05



- COMUNICADO DE TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE.pdf (~302 KB)

-- Boa tarde.

Em anexo, o comunicado de teste de conformidade do Software. Por favor, confirmar o e-mail.

Atenciosamente, Patrícia.

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063

As informações deste formulário estão em tempo real.

Para facilitar as buscas dos processos relacionados ao coronavírus Covid-19, Digite: "COVID" no campo OBJETO.

Processos Licitatórios

Detalhes do processo licitatório: 117/2020



Dados do processo Fornecedores Publicações Atas de Registro de Preço Dotações Empenhos

| # | Tipo | Data | Título | |
|----|---------------------------------|------------|--|---|
| 1 | AVISO DE LICITAÇÃO | 09-07-2020 | RESUMO | 1 |
| 2 | EDITAL | 09-07-2020 | EDITAL E ANEXOS | 1 |
| 3 | COMUNICADO | 17-07-2020 | ADIAMENTO | 1 |
| 4 | COMUNICADO | 20-07-2020 | ADIAMENTO PARA 04/08/2020 ÀS 09:00 | 1 |
| 5 | RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO IMPETRADA | 23-07-2020 | RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO | 1 |
| 6 | SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO | 03-08-2020 | SUSPENSÃO | 1 |
| 7 | COMUNICADO | 04-08-2020 | SUSPENSÃO | 1 |
| 8 | COMUNICADO | 04-08-2020 | IMPUGNAÇÃO EDITAL - CORONEL FABRICIANO | 1 |
| 9 | COMUNICADO | 05-08-2020 | IMPUGNAÇÃO EICON | 1 |
| 10 | COMUNICADO | 14-08-2020 | RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO | 1 |
| 11 | RETIFICAÇÃO | 18-08-2020 | RETIFICAÇÃO DO EDITAL | 1 |
| 12 | COMUNICADO | 02-09-2020 | resposta a segunda impugnação | 1 |
| 13 | RESULTADO DE LICITAÇÃO | 11-09-2020 | RESULTADO | 1 |
| 14 | COMUNICADO | 14-10-2020 | TESTE DE CONFORMIDADE DO SOFTWARE | 1 |



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
Assessoria de Licitações
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel
Fabriciano/ MG
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767

ATA CIRCUNSTANCIADA – 2º SESSÃO – TESTE DE CONFORMIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020



Às nove horas, do dia dezesseis de Outubro de dois mil e vinte, reuniu-se a Pregoeira Patrícia Cristina Ferreira Sá, juntamente com a equipe de apoio: Polliane Pereira Tomaz Silva e Jose Pereira e os membros da Comissão Técnica de Avaliação Samuel Oliveira Goulart, Abel de Carvalho Filho e Wander Marcondes Moreira Ulhôa, para dar prosseguimento aos trabalhos referentes ao Pregão Presencial nº 029/2020, previsto no item 11. "TESTE DE CONFORMIDADE" do Termo de Referência – Anexo I, do edital, cujo objeto é Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Estava presente o Sr Gabriel Jose Vivas Pereira, representante da empresa **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP** para demonstração do Software, consoante aos itens 8,9 e 10. do Termo de Referência - Anexo I, do edital. A comissão Técnica avaliou a demonstração e aprovou todos os itens apresentados, chegando à conclusão de que o software atende integralmente os requisitos técnicos exigidos no edital do referido Pregão Presencial e está apta a prosseguir no processo licitatório. Não esteve presente representante das licitantes **ELEVA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** e **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA** as quais foram devidamente avisadas da data e horário da demonstração através de email e publicação de aviso no Portal da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano para que qualquer interessado pudessem acompanhar os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata que será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio, Comissão Técnica de Avaliação e representante presente.


POLLIANE PEREIRA TOMAZ SILVA
Membro da Equipe de Apoio


ABEL DE CARVALHO FILHO
Comissão Técnica de Avaliação


PATRÍCIA CRISTINA FERREIRA SÁ
Pregoeira


JOSE PEREIRA
Membro da Equipe de Apoio


WANDER MARCONDES MOREIRA ULHÔA
Comissão Técnica de Avaliação


SAMUEL OLIVEIRA GOULART
Comissão Técnica de Avaliação

Representante:


SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA – EPP



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG



TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2020
PROCESSO DE COMPRA N.º 256/2020 - PROCESSO DE
LICITAÇÃO N.º 117/2020

A Pregoeira Municipal de Coronel Fabriciano, analisando a Ata de Julgamento do Processo em referência, resolve **ADJUDICAR** a proponente: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP**, referente ao item 01 no valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), a celebrarem contratos com o Município.

Para constar, lavra-se a presente Ata que será assinada pela Pregoeira.

Coronel Fabriciano/MG, 16 de outubro de 2020.


Patricia Cristina Ferreira Sá
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO N° 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA N.º 256/2020
PROCESSO LICITATORIO N.º 117/2020



O Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, no desempenho de suas atribuições, de conformidade com o Pregão n.º 029/2020.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado registrado na Ata de Reunião realizada em três de setembro de 2020, onde aparece vencedora a proponente: **SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP**, referente ao item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

O Processo ora homologado, foi realizado para Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários, ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

Coronel Fabriciano/MG, 16 de outubro de 2020.

MARCOS VINICIUS DA SILVA BIZARRO
Prefeito Municipal

Assunto: **ata 2 sessão - teste de conformidade**
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>
Para: <sigma@sigmavaf.com.br>
Data: 16/10/2020 14:47



Prefeitura Municipal de
**Coronel
Fabriciano**



- Ata.pdf (~211 KB)

Boa tarde;

Segue em anexo copia da ata da sessão do teste de conformidade.

Atenciosamente,

Patrícia Cristina

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063

16/10/2020

Locamail :: ata 2 sessão - teste de conformidade

Assunto: **ata 2 sessão - teste de conformidade**
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>
Para: <jair@bcasolucoes.com.br>
Data: 16/10/2020 14:46



Autidade Municipal de
**Coronel
Fabriciano**



Boa tarde;

Segue em anexo copia da ata da sessão do teste de conformidade.

Atenciosamente,

Patrícia Cristina

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063

Assunto: **ata 2 sessão - teste de conformidade**
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>
Para: <contabilidade2@brugnara.com.br>
Data: 16/10/2020 14:45



Coronel
Fabriciano

- Ata.pdf (~211 KB)

Boa tarde;

Segue em anexo copia da ata da sessão do teste de conformidade.

Atenciosamente,

Patrícia Cristina

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos o resultado final onde a proponente SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, se consagrou vencedora e foi homologado o resultado registrado na ata de reunião realizada em três de setembro de 2020 bem como aprovação do teste de conformidade realizado aos dezesseis dias do mês de outubro de 2020 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 16 de outubro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.



Handwritten signature

Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar - Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira - Centro-celulares (31) 9194-6959 ou 8460-7805 - CNPJ 19.875.046/0001-82 - CEP 35170-041 - CEL. FABRICIANO-MG



DIÁRIO OFICIAL

Coronel Fabriciano

Poder Executivo

ANO 2020

Coronel Fabriciano, sexta-feira, 16 de outubro de 2020

Número 1.345

SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos o resultado final onde a proponente SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, se consagrou vencedora e foi homologado o resultado registrado na ata de reunião realizada em três de setembro de 2020 bem como aprovação do teste de conformidade realizado aos dezesseis dias do mês de outubro de 2020 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 16 de outubro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. EDITAL RESUMIDO. PROCESSO LICITATÓRIO N° 178/2020. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 064/2020. Objeto: contratação da empresa HI-EPC COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE S/A, para prestação de serviços de teleorientação, com atendimento digital e telefônico para informação, orientação e atendimento médico, voltados aos casos de CORONA VÍRUS (COVID-19), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, ao valor global de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), utilizando recursos de Outras Transferências de Recursos do SUS - CORONAVIRUS (COVID-19), através de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, Inciso IV da Lei Federal n° 8.666/93 e art. 4° da Lei Federal n° 13.979/20, com suas alterações posteriores. Coronel Fabriciano, 16 de outubro de 2020. José Pereira. Presidente da CPL.

SENHOR PREGOEIRO – MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO - MG.



OCT 16/14:25

José Pereira
ASSESSOR DE LICITAÇÕES
PR-E. MUN. CEL. FABRICIANO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020

PROCESSO DE COMPRA Nº 256|2020

TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.468.681/0001-33, com sede na Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30180-118, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 41, §1º, da Lei nº 8.666/1993, apresentar a **RAZÕES DE RECURSO À SUA INABILITAÇÃO EM PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

PRELIMINARMENTE

Do cabimento do recurso.

As presentes razões de recurso são apresentadas na data de 09 de setembro de 2020, através de endereço eletrônico disponibilizado, licitacao@fabriciano.mg.gov.br, respeitando-se o prazo estabelecido em edital paradigma e no Decreto Federal 3555|00 – 3 dias úteis a partir da sessão pública ocorrida em 3 de setembro de 2020.

RELATÓRIO.

O presente processo licitatório tem como objeto a *“Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo”*.

Como critério de habilitação técnica o edital em seu subitem 10.1.4.1, estabelece que *“Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação”*; ainda, item 10.1.4.1.2, *O atestado deverá constar, no mínimo, que o software*

possui: a) Importação de arquivos: 1) Arquivo de ATIVOS 2) Arquivo de RETORNO DO VAF 3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI b) Funcionalidades: 1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema; 2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI; 3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI; 4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI; 5) Envio de notificações eletrônicas; 6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas”.

Em razão de tal previsão, a **Tributarie Eficiência** apresentou **impugnação** (petição anexa) sob alegação de que os referidos itens são cláusulas restritivas, desarrazoadas e desproporcionais, portanto ilegais. Como resposta, negativa à impugnação – justificativa anexa.

Prosseguindo-se os feitos, **realizada audiência pública na data de 03 de setembro de 2020**, ocasião em que foram abertas as propostas de preço e ofertados lances verbais pelos participantes - Tributarie Eficiência Fiscal, Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda. e Eleva Brasil Consultoria e Assessoria.

Ao fim dos lances, a Tributarie Eficiência Fiscal estabeleceu melhor proposta (R\$...); ato contínuo, abertura de envelope de habilitação em que declarada suposta irregularidade no atestado técnico apresentado (“*não atende aos exigidos nos subitens 10.1.4.1 e 10.1.4.2 do edital*”), portanto, considerada inabilitada; em seguida, aberto envelope da segunda colocada, Eleva Brasil Consultoria e Assessoria, novamente declarada suposta irregularidade no atestado técnico (“*não atende aos exigidos no subitem 10.1.4.2 do edital*”); por fim, aberto envelope da terceira colocada, Sigma Tecnologia e Assessoria, constatada suposta regularidade da documentação e do atestado, declarada vencedora.

Diante a decisão de inabilitação por suposta irregularidade do atestado apresentado, a **recorrente (re)afirma a ilegalidade dos critérios adotados na redação dos subitens 10.1.4.1 e 10.1.4.2 do edital paradigma**. Ainda, **destaca sobremaneira a ilegalidade da decisão administrativa exarada**, já que essa não se atenta à realidade fática da contratação (objeto e atividades desenvolvidas) ou à capacidade das participantes (e seu histórico na prestação de serviços similares ao demandado), mas resume-se a reproduzir a literalidade editalícia, sem análise crítica ou finalística. Irresignada, a recorrente apresenta apontamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema.

I. DA ILEGALIDADE DA PREVISÃO EDITALÍCIA – CLAUSULA RESTRITIVA.

As razões pelas quais a previsão editalícia destacada (subitens **10.1.4.1. e 10.1.4.1.2**) é ilegal já foram apresentadas em impugnação ao edital. Como resposta, apontamento em parecer jurídico *“A estipulação no edital, onde as determinações e condições via de regra, tem força de lei, e são sujeitas ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório”*.

De fato, inegável que o Edital de licitação é fonte primária e vinculativa de critérios e limites à participação no processo de contratação pública. No entanto, **mesmo os Editais Licitatórios (e por consequência, seus critérios) possuem limites, seja em previsão legal (principalmente, Lei de Licitações, Lei 8.666|1993) ou previsão constitucional (Constituição Federal, artigo 37, XXI).**

Partindo-se desse pressuposto, ainda que o artigo 43, V da Lei 8.666|1993 estabeleça que *“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”*, o responsável administrativo (ou o licitante) ao deparar-se com previsões desarrazoadas|desproporcionais, não deve cumprir com tais previsões sob pena de agir de forma ilegal - decisões que remetam a previsões editalícias ilegais são igualmente ilegais.

Afasto-me desde já a alegação de *“o licitante deve ter conhecimento em face das exigências editalícias”*. Diante da previsão ilegal do edital, o recorrente buscou correção em impugnação ao edital e, negada impugnação, busca reconhecimento da ilegalidade a partir de decisão de inabilitação. O recorrente conhece o critério de habilitação e justamente por conhecê-lo, questiona sua legalidade. Remissões ilegais devem ser analisadas e não podem|devem ser cumpridas.

Feitas as considerações, as previsões de subitens **10.1.4.1. e 10.1.4.1.2** são ilegais pois não **respeitam limites determinados em artigo 30 da Lei 8.666|1993, tornando-se, a partir da aplicação prática, incompatíveis com a contratação pretendida.**

Verifique-se, ao conter a exigência de atestado de capacidade técnica com a descrição literal pretendida, o **edital não buscou informação ou confirmação de execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado. O edital condicionou a habilitação técnica dos**

interessados à apresentação de atestado restritivo (com conteúdo literal nos termos do item **10.1.4.1.2**), o que prejudicou a ampla participação e a escolha proposta para a administração pública.

A **Lei de Licitações (Lei 8.666/93)**, em seu art. 30, fixa limites às exigências relativas à **qualificação técnica**. O disciplinamento da comprovação de aptidão é feito por meio de dispositivos de cunho geral (inciso II e §§ 5º, 6º, 8º e 9º) e dispositivos específicos para serviços (§§ 1º, 2º, 3º e 10).

Nesse sentido, aprofundamento inicial recai sobre **meio de prova da aptidão**. O art. 30, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei n. 8.666/93 determina que a comprovação deve ser feita por meio da apresentação de atestados ou certidões (o que no edital ora analisado é válido e recomendado).

Por sua vez, a natureza das exigências impostas aos atestados, certidões e declarações à luz das normas gerais e específicas que regem a matéria também sobre limitação pelo preceito geral contido no inciso II do art. 30 da Lei de Licitações. **Tal dispositivo refere-se expressamente ao conteúdo que deve constar do texto do atestado**, pois especifica que a documentação correspondente deve comprovar a aptidão para o desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Opostas as exigências de itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2. às previsões expressas no art. 30, § 1º, da Lei n. 8.666/93 encontramos dispositivos desarrazoados que implicam em restrição à competição - **conteúdo editalício inibe|afasta a ampla participação dos licitantes**. Licitantes que, embora comprovadamente aptos a executar o contrato, não dispõem da certidão expressa conforme reclamada pela Administração. Portanto, **uma imposição dessa espécie somente poderia ser admitida se claramente explicitada no texto legal, o que não ocorre**.

Sobre o tema, julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através de seu conselheiro Sebastião Helvécio, em denúncia Nº 812.442:

"A palavra atestados opera no sentido inverso ao pretendido pelo edital paradigma, ou seja, permite ao licitante apresentar tantos certificados|atestados quantos julgar necessários para evidenciar sua capacidade de executar o objeto conforme descrito em termo de referência, anexo I. Em nenhum momento, a lei atribui discricionariedade ao



administrador para determinar o tipo de atestado exigido. O caminho a ser seguido é aquele traçado no art. 37, inciso XXI, da CR, que assim dispõe:

Art. 37. XXI — ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Nesse contexto, a **exigência** de que o atestado de capacidade técnica seja emitido pela Administração Pública exatamente conforme descrito em itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2 do edital **fere o preceito constitucional da isonomia, porque desiguala injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de qualificação técnica**, embora não possuam o atestado com as disposições expressas.

Se o julgamento do TCE já havia sido apresentado à senhora pregoeira em impugnação ao edital, seus ditames ganham especial contorno a partir da decisão administrativa de inabilitação da Tributarie Eficiência, empresa que apresentou MELHOR PROPOSTA DE PREÇO, apresentou ATESTADO TÉCNICO COM OBJETO IDENTICO AO DEMANDADO pela administração local, e teve sua participação inabilitada porque o atestado técnico não possuía redação idêntica à previsão editalícia.

II. DO OBJETO DEMANDADO E DA PROVA DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Verifique-se ainda que objeto a ser contratado é amplamente descrito em termo de referência em anexo I do edital. Os critérios estabelecidos em relação ao objeto licitatório são necessários, adequados e usuais, determinam o escopo dos trabalhos desenvolvidos por quaisquer licitantes que se prestem à *Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF*. E tal descrição é empregada de forma habitual por quaisquer Municípios na contratação de serviços idênticos ou similares.



Repita-se, a contratação pública deve obedecer a critérios rígidos de legalidade e qualidade na escolha de seus prestadores. No entanto, tais critérios devem ser razoáveis e proporcionais ao objeto ofertado, o que premia os dispositivos constitucionais e legais norteadores das licitações – principalmente o artigo 37 caput e inciso XXI da Constituição Federal e artigo 3º caput da Lei 8.666/93.

Especialmente relacionado ao tema, vale atenção ao artigo 3º § 1º da Lei 8.666/93 que veda a inclusão de cláusulas que comprometam ou restrinjam desnecessariamente o caráter competitivo do certame:

Art. 3º § 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Reitere-se, as previsões de itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2 são cláusulas restritivas arbitrárias E NÃO ATESTAM DE FORMA TERMINATIVA (ÚNICA E EXCLUSIVA) a capacidade técnica dos licitantes. Sob o crivo do princípio constitucional da razoabilidade, que impõe limite à discricionariedade administrativa, filtrado através do princípio da proporcionalidade, reafirma-se a inadequação dos subitens.

Para Dirley da Cunha Júnior, a proporcionalidade “é um importante princípio constitucional que limita a atuação e a discricionariedade dos poderes públicos e, em especial, veda que a Administração Pública aja com excesso ou valendo-se de atos inúteis, desvantajosos, desarrazoados e desproporcionais”.

A filtragem dos referidos subitens pelo princípio da proporcionalidade constitucional demonstra a inadequação da previsão editalícia (e posteriormente da decisão administrativa). Filtragem que considerada o Princípio da Proporcionalidade, subdividido em dois subprincípios que devem ser igualmente respeitados – o que não se observa na presente análise.

O Sub-princípio da Necessidade (ou Exigibilidade), determina a escolha de medida restritiva de direitos indispensável à preservação do próprio direito por ela restringido ou a outro em igual ou superior patamar de importância. Nos fatos analisados, ofendido diante a inexistência de previsão legal que determine a descrição literal do Atestado de Capacidade Técnica conforme edital;

Já o Sub-princípio da Adequação (Utilidade), exprime a compatibilidade entre o fim pretendido pela Administração Pública e os meios por ela utilizados para atingir seus objetivos. Nos procedimentos em tela, o subprincípio é ofendido já que a comprovação da capacidade técnica pretendida pode ser igualmente demonstrada|atestada a partir de diferentes meios e certidões. A recorrente presta os serviços demandados de forma regular, e comprovou a regularidade a partir de atestado técnico acostado aos autos.

Ofensas que reafirmam, tais previsões são, pois, ilegais|inconstitucionais.

Sobre o tema, lições de Marçal Justen Filho: "**O ato convocatório somente pode conter discriminação que se refiram à 'proposta vantajosa'**. Quando define o 'objeto da licitação', estabelece concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com as necessidades da futura contratação; d) adota discriminações ofensivas de valores constitucionais e legais." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 6 ed. p. 61).

Segundo José Carvalho dos Santos Filho, "**o princípio da igualdade, ou isonomia, tem sua origem no artigo 5º da CF, como direito fundamental e indica que a Administração deve dispensar idêntico tratamento a todos os administrados que se encontrem na mesma situação jurídica. Ao tratar da obrigatoriedade da licitação, a Constituição, de forma expressa, assegurou no art. 37, XXI, que o procedimento deve assegurar "igualdade de condições a todos os concorrentes"**.

Também relacionado ao tema, novamente Marçal Justen Filho: "**(...) a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos que detenham condições de executar o objeto licitado. Assim, a comprovação da**

experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado — a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto”.

III. DO PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE LICITATÓRIA E À CONTRATAÇÃO DA MELHOR PROPOSTA.

Em abstrato as cláusulas restritivas, além de ilegais, não estabelecerem garantia para o bom desenvolvimento das atividades demandadas. Em concreto, a partir da sessão pública de licitação ocorrida em 03 de setembro de 2020, tais **clausulas além de ilegais prejudicaram efetivamente o carácter competitivo do certame, e por consequência, a vantajosidade da contratação.**

As DUAS EMPRESAS, que apresentaram MELHORES PROPOSTAS E ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COM OBJETOS SEMELHANTES AO DEMANDADO, FORAM INABILITADAS, o que determinou a contratação de proposta mais onerosa à Administração Pública local.

Se todas as considerações até o momento destacam a natureza ilegal da previsão editalícia em abstrado, **acentue-se a ilegalidade de tal previsão a partir da análise concreta, norma genérica aplicada à situação fática específica.**

A Tributarie Eficiência é uma empresa especializada em *compliances* tributários e de gestão fiscal. Para a execução dos serviços de assessoria e apuração de créditos fiscais, como objeto do presente edital, se vale de sistemas, ferramentas tecnológicas e profissionais capacitados.

Destaque-se, a RECORRENTE PRESTA OS SERVIÇOS DESCRITOS NO EDITAL, POSSUI ATESTADO TÉCNICO QUE COMPROVA SUA CAPACIDADE TÉCNICA E APTIDÃO PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO CONFORME EXIGIDO – atestado anexo. No entanto, o atestado técnico não consta expressamente os TERMO exigidos. Merca formalidade!

Ora, a decisão administrativa de inabilitação deixou de considerar que a recorrente possui capacidade técnica para realizar o objeto (já que presta serviço similar) E que possui atestado

para tanto. Assim, em observância aos princípios administrativos e licitatórios da legalidade, impessoalidade, objetividade, ampla competição, escolha da melhor proposta, garantida a capacitação por meio do atestado de prestação de serviços por objetos similares, anule-se a decisão de inabilitação.

Por fim, **jurisprudência do Tribunal de Contas da União**, retratada no Acórdão n. 410/2006, de relatoria do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, **que se amolda perfeitamente ao caso ora analisado:**

"(...) a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas 'as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações') e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório. Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra. No caso vertente, a exigência de que a licitante tenha executado serviço no mínimo igual ao do objeto do pregão contraria esse entendimento, por impor às interessadas condição que extrapola os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame".

Diante de todos os apontamentos, em suma, a decisão de inabilitação torna-se ilegal, incompatível com a natureza concorrencial do processo licitatório. Fere o Princípio da Legalidade (já desrespeita previsão de artigo 31, Lei 8.666/1993, além de ser desarrazoada e desproporcional – *conforme exposição supra*), Impessoalidade (já que privilegia a contratação de empresa cuja proposta é menos vantajosa à Administração local), além de, obviamente, o Princípio da Competitividade, prejudicando as finalidades da licitação, vantajosidade e isonomia.



IV. DA IRREGULARIDADE DO ATESTADO APRESENTADO PELA SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA.

Conforme verifica-se em cópia do Atestado apresentado pela licitante Sigma Tecnologia e Assessoria, a assinatura do documento é realizada por Fabio Alves Barbosa e Admilson Lino de Souza Filho, respectivamente superintendente de tributação e servidor da diretoria de transferências constitucionais.

Note-se, no entanto, que nenhum dos signatários possui legitimidade ou atribuição para assinar ATESTADO em nome do ente federativo a que está vinculado, sendo essa **legitimidade e atribuição EXCLUSIVA do chefe do poder executivo local**, conforme previsão de Lei Orgânica Municipal de Contagem, "Art. 92 – *Compete privativamente ao Prefeito: I – representar o Município em Juízo ou fora dele*".

Breve explanação, para os presentes fins atestado de capacidade técnica é declaração realizada por ente federativo, portanto, ato administrativo. Como tal deve respeitar todos os atributos inerentes à categoria.

Para Helly Lopes Meirelles o ato administrativo é tido como toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou à si própria.

Dentre os elementos do ato administrativo, a Competência é o poder legal conferido ao agente para o desempenho de suas atribuições; não se trata de mero formalismo mas informação vinculativa que, ao ser desrespeitada, indica sua invalidação. Nesse sentido, menção ao artigo 2º, da Lei da Ação Popular (Lei 4717/65):

"Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência"; (...)

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas: a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

Ainda que de forma arbitrária consideremos os signatários do atestado de capacidade técnica apresentado pela Sigma Tecnologia como aptos a atestar os serviços técnicos realizados, os mesmos não possuem competência para assinarem de forma autônoma o atestado em nome do Município (sem a ratificação/assinatura do Prefeito).

Dessa forma, **diante a ilegitimidade do signatário, incompetência do ato, desconsidere a validade do atestado e seja, portanto, desclassificada a participante Sigma Tecnologia.**

DO REQUERIMENTO

Ante o exposto, a impugnante REVISÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE INABILITAÇÃO DA RECORRENTE, passando a considerar a **Tributárie Eficiência Fiscal habilitada à participação e, por consequência, vencedora do processo licitatório** - conforme melhor proposta apresentada em audiência pública do dia 03 de setembro de 2020.

Ainda, diante a ilegitimidade do signatário, desconsidere a validade do atestado apresentado pela licitante Sigma Tecnologia e portanto, sua desclassificação.

Agradecemos a atenção e a presteza.

Nestes termos,

Aguardamos Deferimento.

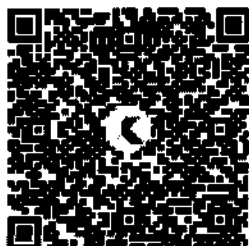
Belo Horizonte, 08 de setembro de 2020.


TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0070384

Passo 3 - Digite a senha: il552ltv



046.047.296-89
MAGNUS BRUGNARA
09/09/2020 às 16:23

d38901768c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Eletronicamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RETIFICAÇÃO Pregão Presencial 029/2020 - Processo Licitatório 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários. Informamos que foram realizadas alteração no Termo de Referência item 10 e a mesma encontram-se disponíveis na Resposta a Impugnação. Informamos ainda que a nova data de Abertura será dia 03/09/2020 às 14h. A Resposta a Impugnação poderá ser retiradas no site www.fabriciano.mg.gov.br. Para dúvidas e esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3846 7767; 7077 7078, 7063 e o e-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br. Coronel Fabriciano, 14 de Agosto de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá, Pregadora.

Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro-celulares (31) 9194-6859 ou 8460-7805 - CNPJ 19.875.046/0001-82 - CEP 35170-041 – CEL. FABRICIANO-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos que a seguinte proponente saiu vencedora: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, referente ao item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 10 de setembro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá, Pregoeira.

Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro-celulares (31) 9194-6959 ou 8460-7805 - CNPJ 19.875.046/0001-82 - CEP 35170-041 – CEL. FABRICIANO-MG

SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE CONTROLE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO - MG.



001 16 14:26

José Pereira
ASSESSOR DE LICITAÇÕES
PREF. MUN. CEL. FABRICIANO

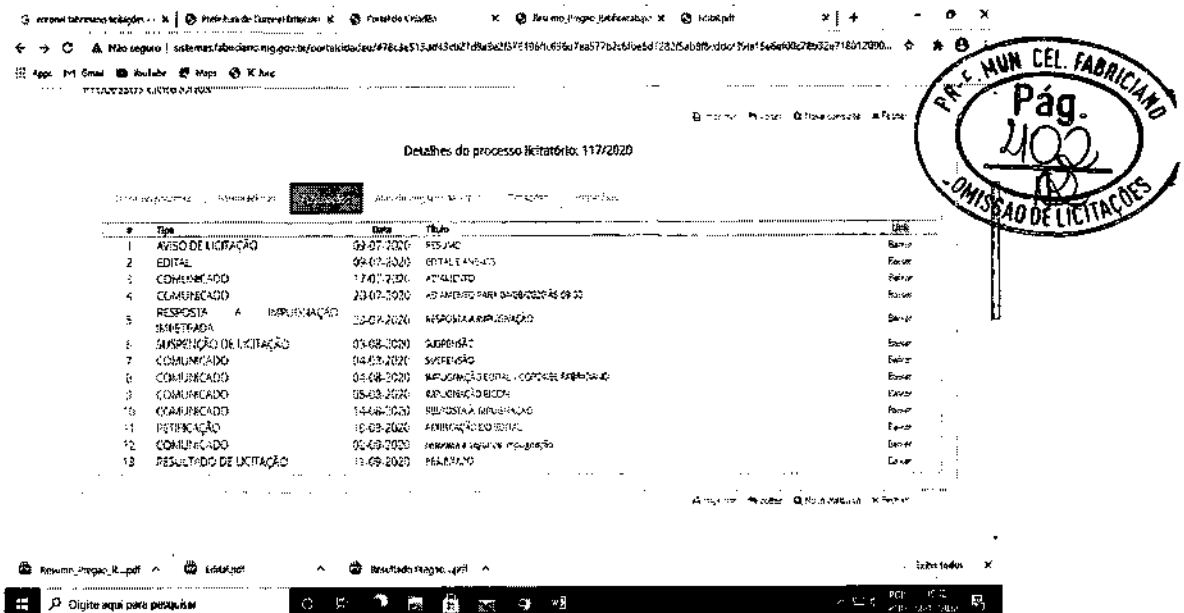
Referência: Processo Licitatório Nº 117/2020 (Pregão Presencial Nº 029/2020).

TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.468.681/0001-33, com sede na Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30180-118, apresenta **REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO** relacionado a processo licitatório Municipal Nº 117/2020 (Pregão Presencial Nº 029/2020) e consequente contrato administrativo municipal Nº 219/2020.

DOS FATOS.

A requerente participou do processo licitatório Nº 117/2020, com objeto demandado, "Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses".

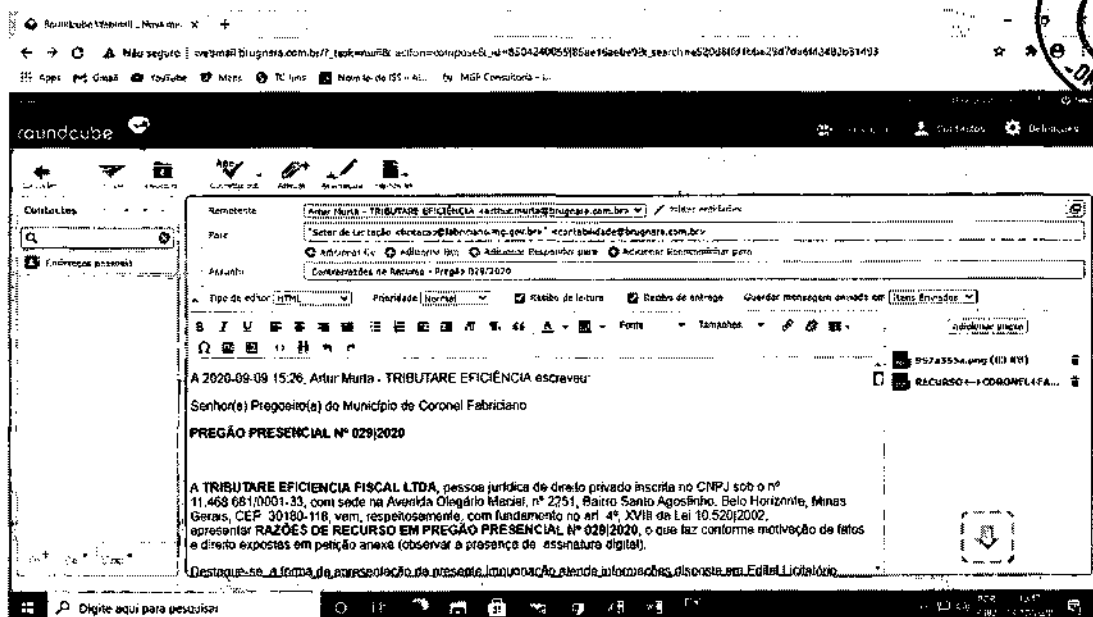
Desenvolvidos atos procedimentais, impugnações ao Edital conforme portal da transparência do Município:



| # | Evento | Data | Descrição | Assinatura |
|----|------------------------|------------|--|------------|
| 1 | AVISO DE LICITAÇÃO | 09-07-2020 | EDITAL | Exoner |
| 2 | EDITAL | 09-07-2020 | EDITAL | Exoner |
| 3 | COMUNICADO | 17-07-2020 | ATUALIZADO | Exoner |
| 4 | COMUNICADO | 23-07-2020 | AS EMPRESAS PARA PARTICIPAR DAS 09:00 | Exoner |
| 5 | RESPOSTA A HABILITAÇÃO | 23-07-2020 | RESPOSTA A HABILITAÇÃO | Exoner |
| 6 | SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO | 03-08-2020 | SUSPENSÃO | Exoner |
| 7 | COMUNICADO | 04-08-2020 | SUSPENSÃO | Exoner |
| 8 | COMUNICADO | 04-08-2020 | REPUBLICAÇÃO EDITAL - CORPORES HABILITADOS | Exoner |
| 9 | COMUNICADO | 05-08-2020 | REPUBLICAÇÃO EDITAL | Exoner |
| 10 | COMUNICADO | 14-08-2020 | REPOSTA A HABILITAÇÃO | Exoner |
| 11 | REPUBLICAÇÃO | 10-09-2020 | REPUBLICAÇÃO EDITAL | Exoner |
| 12 | COMUNICADO | 02-09-2020 | REPUBLICAÇÃO EDITAL | Exoner |
| 13 | RESULTADO DE LICITAÇÃO | 13-09-2020 | RESULTADO | Exoner |

Em 03 de setembro de 2020, foi realizada audiência pública com abertura das propostas de preço e ofertados lances verbais pelos participantes - Tributarie Eficiência Fiscal, Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda. e Eleva Brasil Consultoria e Assessoria. Ao fim dos lances, a Tributarie Eficiência Fiscal estabeleceu melhor proposta (R\$165.000,00); ato contínuo, abertura de envelope de habilitação em que declarada suposta irregularidade no atestado técnico apresentado ("não atende aos exigidos nos subitens 10.1.4.1 e 10.1.4.2 do edital"), portanto, considerada inabilitada; em seguida, aberto envelope da segunda colocada, Eleva Brasil Consultoria e Assessoria, novamente declarada suposta irregularidade no atestado técnico ("não atende aos exigidos no subitem 10.1.4.2 do edital"); por fim, aberto envelope da terceira colocada, Sigma Tecnologia e Assessoria, constatada suposta regularidade da documentação e do atestado, declarada vencedora.

Em 09 de setembro de 2020, às 15:26 horas, foram interpostas razões de recurso administrativo através de e-mail indicado em edital licitatório em item 2.2.3: licitação@fabriciano.mgg.gov.br (além de e-mail licitação@fabriciano.mgg.gov.br) – petição anexa e tela de envio colacionada abaixo. Ocorre que, *após a interposição do recurso, esta licitante não obteve resposta formal sobre os questionamentos vinculados*.



Em 11 de setembro de 2020, **declarado o resultado da licitação.**

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 – PROCESSO DE COMPRA 256/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos que a seguinte proponente saiu vencedora: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, referente ao item 01 ao valor global de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais). Coronel Fabriciano, 10 de setembro de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira”.

Em 16 de setembro de 2020, **publicado contrato administrativo Nº 219/2020 em que consta a Sigma Tecnologia e Assessoria como fornecedora do objeto ora licitado.**

As informações deste formulário estão em tempo real.

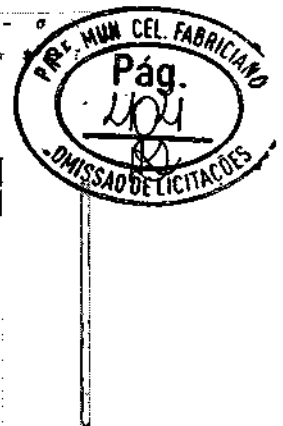
Para facilitar as buscas dos contratos relacionados ao coronavírus Covid-19, Digite "COVID" no campo OBJETO.

Pesquisa de Contratos/Convênios

| | | | |
|-----------------------|--|--------------------|------------------------|
| Contrato: | 219/2020 | Modalidade: | 12 - PREGÃO PRESENCIAL |
| Início: | 16-09-2020 | Vigência: | 16-09-2021 |
| Fornecedor: | SISTEMA TECNOLOGIA E ACESSORIA EIRELI (14.599.483/0001-96) | | |
| Valor inicial: | 105.600,00 | Total de aditivos: | 0,00 |
| Descrição: | Contratos | | |
| Objeto: | Cessão de acesso de uso de software, 160h, acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da segurança do valor licitado municipal - VOF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários | | |
| Processo licitatório: | 117222 | | |

Atividades: Execução, Despesa, Valor estimado

Ativo Razão do adiantamento Valor aditivo Fornecedor alterado



Por fim, consulta em portal da transparência municipal indica o **processo de licitação como encerrado**.

II. DAS IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

Referência inicial a dispositivo da Lei de Licitações, a partir do qual deveremos nos orientar na exposição e considerações, artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Observe-se a literalidade do dispositivo quanto ao processamento licitatório, que deverá ser processado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório.

Princípios que foram desconsiderados de forma cabal pela senhora pregoeira em Processo Municipal Nº 117/2020 (Pregão Presencial Nº 029/2020).



1. DA OMISSÃO DE RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO OPOSTO PEÇA LICITANTE À SUA INABILITAÇÃO.

O exposto fático demonstra a irregularidade dos procedimentos realizados pela senhora pregoeira se comparados às previsões do edital paradigma.

O fundador e inafastável princípio da legalidade (e seu reflexo no âmbito licitatório, vinculação ao instrumento convocatório) rege os atos dos servidores e da administração pública, especialmente em procedimentos de contratação e dispêndio dos escassos recursos públicos. Não é o que ocorre nos presentes feitos.

Após a declaração do vencedor em sessão pública realizada em 03 de setembro de 2020, a **Tributarie Eficiência demonstrou intenção recursal** (o que pode ser visualizado em ata de sessão, anexa) e apresentou razões de recurso conforme previsão editalícia (*razões de recurso anexa*).

No entanto, a **senhora pregoeira omitiu-se de analisar o recurso, que foi simplesmente desconsiderado e não respondido formalmente**. Omissão que não ofende apenas aos direitos particulares da licitante mas a legalidade dos procedimentos e os interesses da administração pública local, já que a matéria aduzida ultrapassa a desclassificação da recorrente por indicar potencial inabilitação da vencedora - o atestado de capacidade técnica da vencedora foi emitido por autoridade que não possui legitimidade para tanto.

2. DO DESRESPEITO A PRAZOS LEGAIS E EDITALÍCIOS.

O procedimento adotado suscita dúvida sobre a extensão temporal dos prazos estabelecidos e dos atos realizados.



Tomemos as datas e atos respectivos:

- Sessão pública de abertura de propostas e lances, 03 de setembro de 2020, ocasião em que a licitante manifestou intenção recursal;

Prazo recursal estabelecido em edital (item 13.1.), 3 dias úteis para apresentação das razões - Prazo durante o qual aconteceu feriado nacional (7 de setembro);

- Início do prazo recursal, 04 de setembro de 2020;
- Término do prazo recursal, 09 de setembro de 2020;
- Publicação da declaração de vencedor, 09 de setembro de 2020.

A publicação de declaração de vencedor não poderia ocorrer na mesma data que o término do prazo recursal já que os procedimentos licitatórios ficam suspensos enquanto perdurar o prazo recursal. Apenas após o transcurso do prazo, ou seja, após 09 de setembro de 2020, seria possível a continuidade procedimental e a declaração do vencedor (e a respectiva publicação). Declaração (e publicação) ilegais, pois.

3. DA NÃO REALIZAÇÃO DE TESTE DE CONFORMIDADE.

Se a omissão quanto a resposta do recurso e o desrespeito aos prazos legais e editalícios não fossem suficientes para comprovar a irregularidade dos feitos, a **senhora pregoeira desconsidera os dispositivos e procedimentos expressos do edital**, principalmente os relativos ao **Teste de Conformidade do Software**.

Mencione-se os itens enumerados do Anexo 1 – Termo de Referência:

11.1. A licitante vencedora deverá apresentar no dia seguinte ao da realização do certame, o software disponibilizado para realização do monitoramento e auditoria da apuração do VAF municipal. 11.2. A avaliação acerca da exatidão, cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências no Termo de Referência acontecerá durante a realização de **Teste de conformidade do software**, devendo apresentar os seguintes quesitos:



11.2.1. Os requisitos técnicos do software demonstrados pelo licitante no Teste de Conformidade serão avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), criada exclusivamente para esta finalidade, cujos membros serão escolhidos livremente e designados pela ADMINISTRAÇÃO.

11.2.1.2. O Teste de conformidade do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação, conforme item 9.1 deste Termo.

11.5. Os demais licitantes serão formalmente comunicados do local, data e hora designados, a fim de indicarem, se assim o desejarem e até o prazo estabelecido na comunicação, o seu representante que participará do Teste de Conformidade.

11.7. Após o encerramento da seção de avaliação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para o os demais licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração feita pelo licitante vencedor, desde que manifeste a intenção neste sentido ao final da seção.

11.8. Havendo a intenção de apresentação de recurso por parte de algum licitante a Comissão deliberará à conformidade ou não do sistema demonstrado, após o encerramento do prazo previsto no item anterior, em até 02 (dois) dias úteis.

11.9. Não havendo a intenção de nenhum licitante em apresentar recurso, ou não havendo representante de nenhum outro licitante na seção, a Comissão poderá deliberar imediatamente após o encerramento dos trabalhos ou no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

11.10. No caso de desclassificação será concedido o prazo de 02 (dois) para o licitante desclassificado apresentar recurso contra a decisão da CTA. (...)

“Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelos licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito”.

As publicações do portal de transparência municipal indicam a ausência de qualquer menção à convocação de local, data e hora designados para a realização do teste de conformidade.

A Tributária Eficiência não foi formalmente comunicada do Teste de Conformidade, fato que prejudicou sua participação na avaliação do software disponibilizado e impossibilitou a interposição de recurso da demonstração. Ausência de comunicação que implica em anulação do ato (teste de conformidade) se este por ventura houvesse ocorrido. No entanto, pelo que

consta nas publicações do atual processo licitatório, o **Teste de Conformidade não foi realizado.**



4. IMPOSSIBILIDADE FÁTICA DE RESPEITO A PRAZOS LEGAIS E EDITALÍCIOS.

Na hipótese absurda de considerarmos que o Teste de Conformidade foi realizado (o que não consta de qualquer publicação oficial), a data de sua realização se daria necessariamente após o termo do prazo recursal da inabilitação das licitantes (09 de setembro) e necessariamente antes da publicação da publicação do encerramento do procedimento (11 de setembro). Dessa forma, ocorreria necessariamente na data de 10 ou 11 de setembro.

Tomemos o edital licitatório em seu Anexo 1, item 11.7 que determina o prazo de dois dias úteis para os licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração:

11.7. Após o encerramento da seção de avaliação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para o os demais licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração feita pelo licitante vencedor, desde que manifeste a intenção neste sentido ao final da seção.

Assim, se o Teste de conformidade ocorreu em 10 de setembro de 2020, a declaração de adequação e declaração de vencedor ocorreria necessariamente após dois dias úteis, ou seja, após o dia 11 de setembro, data em que foi encerrado o procedimento licitatório.

III. DA NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E RESPECTIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO.



Os apontamentos fáticos e editalícios demonstram as irregularidades no processo licitatório Nº 117/2020. **Constatadas as irregularidades/ilegalidades do procedimento findo**, necessária sua anulação, assim como a anulação do contrato administrativo, o que se dará conforme previsão do artigo 49 e parágrafos da Lei 8.666/93.

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros**, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Destaque-se, a autoridade administrativa perante ilegalidades do procedimento licitatório não possui discricionariedade na opção, mas obrigatoriedade na declaração de nulidade, o que desde já se requer.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

Todo exposto indica de forma definitiva a ilegalidade dos atos praticados pela senhora pregoeira em processo licitatório. Uma vez reconhecida a ilegalidade, diante a impossibilidade de convalidação dos atos, seja essa autoridade administrativa pela **nulidade do processo licitatório Nº 117/2020 (Pregão Presencial Nº 029/2020) e consequente nulidade do contrato administrativo municipal Nº 219/2020.**



Agradecemos a atenção e a presteza.

Nestes termos,

Aguardamos Deferimento.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2020.


TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0077818

Passo 3 - Digite a senha: 42QA3gm0



ICP
Brasil

046 047 296-89
MAGNUS BRUGNARA
15/10/2020 às 15:16

d38901788c533e8286cb6400b40b386d - Assinado Digitalmente



REPÚBLICA DE BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GOVERNO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
E LOGÍSTICA - DENTRAN

WALTER BROGNARA

DOC. IDENTIFIC. / C.R. / C.R. Nº 142
R5575375 SEP

CPF: 595.966.846-06 DATA DE NASCIMENTO: 04/01/1974

FUNÇÃO: WALTER BROGNARA

MARIA DAS GRACAS TORRES MONTEIRO

PROFISSÃO: ADVOGADO

VALOR: 12/12/1992

1491772408

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROTEIDO PLASTIFICAR

1491772408

LOCAL: NOVA LIMA, MG

DATA EMISSÃO: 21/05/2017

Assinatura de Maria das Gracas Torres Monteiro

53684461355

60315121460

MINAS GERAIS



Serviço Notarial do 3º Ofício de Belo Horizonte

AUTENTICAÇÃO

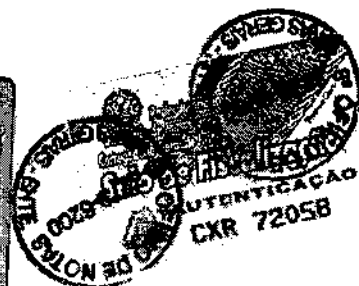
Conferida e achada conforme original que se foi apresentado.

Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe. Renato Guimarães Filho. Escrevente

Etiqueta Nº.: 1918857709, Belo Horizonte, 22/05/2019 12:44:39

[041062-096] - Emissão: 5,30 IPVA: 1,25 ISSQN: 0,25 TOTAL: 7,20



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAGAO

Nome: MAGNUS BROGNARA

Doc. Habitação / Out. Habitação: MG5575084 **SEP** **MG**

CPF: 046.047.296-89 **Data Nascimento:** 13/10/1979

Família:
WALTER BROGNARA
MARIA DAS GRACAS M BROGNARA

Pessoa: ☒ **CC:** ☒ **CAT. AB:** ☒

Nº Registro: 00560777138 **Vigencia:** 27/11/2022 **Exatidão:** 24/03/1999

Observações:

Assinatura
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

LOCAL: SELO HORIZONTE, MG **Data Emissão:** 29/11/2017

Registro de Imóvel: Registro de Imóvel Povoado Alameda Arcejo
Bairro DETHANMG **26005486882**
MG524259399

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1550870503





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31208687934

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP1900803567

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|

| | | | | |
|---|-----|------|---|--|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 020 | 1 | ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL |
| | | 2244 | 1 | ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) |
| | | 2015 | 1 | ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL |

BELO HORIZONTE

Local

26 Novembro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 19529.103-4 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Pág. 1 de 1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/529.103-4 | MGP1900803567 | 26/11/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Página 1 de 1

TERCEITA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

“TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA”
CNPJ: 11.468.681/0001-33



WANDER BRUGNARA, brasileiro, casado, advogado, nascido em 04 de janeiro de 1974 na cidade de Brasília/DF, residente e domiciliado à Rua do Campo, nº 130/1502, bairro Vila da Serra, CEP: 34.000-000, Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº 5.575.125, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 895.966.846-04 e na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais sob o nº 86.748; e

MAGNUS BRUGNARA, brasileiro, casado, advogado, nascido em 13 de outubro de 1979 na cidade de Belo Horizonte/MG, residente domiciliado à Rua Doutor Henrique Salles, nº 230/101, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP: 30380-280, portador da Carteira de Identidade nº 5.575.084, expedida pelo SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 046.047.296-89, e na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais sob o nº 96.769;

ÚNICOS sócios da sociedade denominada: **“TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA”**, inscrita no CNPJ sob o número 11.468.681/0001-33, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120868793-4, na data de 14 de janeiro de 2010; resolvem alterar o documento anterior e o fazem por este instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 – ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS:

Por este ato, a sociedade adotará o nome empresarial: **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA**
Com nome fantasia **TRIBUTARIE**

2- ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL:

O objetivo social passa a ser levantamento de créditos tributários judicial ou administrativamente, planejamento tributário, assessoria e reestruturação organizacional, serviço de atendimento e consultoria online, utilização e desenvolvimento de software para a gestão fiscal e tributária, avaliação de empresas, riscos de negócios, reavaliação de ativos, determinação de valores para efeito de constituição e provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências, remodelamento dos sistemas contábeis, de informações e de controle interno, assessoria fiscal, publicação, edição e impressão de revistas, livros, jornais periódicos, além de jornais eletrônicos via web, pesquisa de informação, cobranças do setor público ou privado, cessão de uso de software, treinamento especializado.

2. DA CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Os sócios de comum acordo resolvem consolidar neste instrumento as alterações contratuais havidas anteriormente, no contrato primitivo registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120868793-4, na data de 14 de janeiro de 2010, nas cláusulas e texto seguintes:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

“TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA”
CNPJ: 11.468.681/0001-33

Cláusula Primeira – A sociedade tem como nome empresarial **TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA**

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia **“TRIBUTARIE”**

Cláusula Segunda – O objetivo social passa a ser levantamento de créditos tributários ou administrativamente, planejamento tributário, assessoria e reestruturação organizacional, serviço de atendimento e consultoria online, utilização e desenvolvimento de software para a gestão fiscal e tributária, avaliação de empresas, riscos de negócios, reavaliação de ativos, determinação de valores para efeito de constituição e provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências, remodelamento dos sistemas contábeis, de informações e de controle interno, assessoria fiscal, publicação, edição e impressão de revistas, livros, jornais periódicos, além de jornais eletrônicos via web, pesquisa de informação, cobranças do setor público ou privado, cessão de uso de software, treinamento especializado.

Cláusula Terceira – O endereço da sociedade é na cidade de Belo Horizonte/MG, na Avenida Olegário Maciel Nº 2251 bairro Lourdes CEP: 30.180-118

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou a suas atividades em 14/01/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta – O capital social é no valor nominal R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.00 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do país, distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

| Sócios | Cotas | R\$ | Porcentagem |
|--------------------------------|----------------|-------------------|-------------|
| MAGNUS BRUGNARA | 50.000 | 50.000,00 | 50% |
| WANDER BRUGNARA | 50.000 | 50.000,00 | 50% |
| Total do Capital Social | 100.000 | 100.000,00 | 100% |

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava – A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio Magnus Brugnara e ao administrador/sócio Wander Brugnara, que assinará em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira – A sociedade poderá a qualquer momento abrir ou fechar filial e/ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Segunda – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

- a) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- b) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da sociedade;
- c) constituição de procurador ad judícia, podendo haver mais de um procurador.

§ 4º - É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação a sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos de favor, mesmo que a benefício dos próprios sócios.

§ 5º - Aos sócios incumbidos da administração serão atribuídos pro labore mensais, fixados por comum acordo e levado à conta das despesas gerais.

Cláusula Décima Sexta – Da Reunião dos Sócios

16.1. A reunião dos sócios poderá ser convocada a qualquer tempo pelo administrador ou qualquer dos sócios da sociedade.

16.2. A convocação deverá ser efetuada mediante carta registrada com aviso de recebimento, encaminhada aos sócios com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo, a data, local, hora e ordem do dia, dispensada a publicação de edital para convocação.

16.3. O comparecimento da totalidade dos sócios, ou declaração, por escrito, de ciência do local, data e ordem do dia, dispensará o procedimento de convocação.

16.4. O sócio poderá ser representado na reunião por outro sócio ou por procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes conferidos.

16.5. A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

16.6. As deliberações da Reunião de Sócios, ressalvadas as exceções previstas na lei e neste contrato, serão tomadas por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

16.7. A cada quota corresponderá 1(um) voto nas deliberações da Reunião de Sócios.

16.8. Nos termos da legislação em vigor, a Reunião de Sócios será dispensada na hipótese de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da mesma.

16.9. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovam. (art. 1.080 do C. Civil – Lei 10.406/2002).

Cláusula Décima Sétima – A sucessão.

A sociedade não se dissolverá por morte, retirada ou interdição de qualquer dos sócios. Os herdeiros do falecido ou interditado, mediante concordância expressa dos outros sócios poderão permanecer na sociedade, ou ter seus haveres apurados a serem levantados na data do falecimento ou interdição, hipótese em que a liquidação dos créditos encontrados se fará de forma parcelada, a critério da administração da empresa, no intuito de não causar prejuízos na continuidade social.

§ 1º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 2º - A admissão da transferência ou cessão de quotas da sociedade deverá ocorrer na forma das alíneas, transcritas neste ato:

- a) Pretendendo um sócio transferir suas quotas, deverá ele, primeiramente, comunicar por escrito sua intenção, bem como preço e condições de pagamento, aos demais sócios;
- b) Os sócios informados nos termos do parágrafo anterior em terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação feita aos mesmos, para fazerem uso do direito de preferência. Mais



de um sócio, manifestando o desejo de fazer uso de seu direito de preferência nas quotas cedidas na proporção de cada um no capital social da empresa;

c) Antes de decorrido o prazo fixado no parágrafo 2º desta cláusula, poderão os demais sócios, por maioria de 2/3 (dois terços), deliberar pelo resgate das quotas, com posterior redução ou não do capital social. Neste caso as quotas serão resgatadas por seu valor patrimonial, pago de forma parcelada, a critério da administração da empresa, no intuito de não causar prejuízos na continuidade social.

d) Caso nenhum sócio, no prazo fixado, tenha manifestado desejo de adquirir as quotas poderá o sócio interessado oferecer suas quotas a terceiros, desde que não tenha sido deliberado o resgate das mesmas, conforme previsto no parágrafo anterior;

e) Manifestando um terceiro, interesse em adquirir as quotas, deverá o sócio comunicar por escrito, aos demais sócios, o nome do interessado, bem como o preço e condições de pagamento as quotas. Recebida a comunicação, os demais sócios, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito, poderão, ainda, adquirir quotas por preço e condições de pagamento constantes da proposta inicialmente recebida. Decorrido o prazo acima fixado sem que nenhum quotista manifeste o desejo de adquirir as quotas poderão estas ser cedidas a terceiros;

f) As transferências de quotas feitas com inobservância do disposto neste instrumento são nulas perante a sociedade.

Cláusula Décima Oitava – Fica eleito o foro de Belo Horizonte para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 26 de Novembro de 2019

WANDER BRUGNARA
CPF: 895.966.846-04

MAGNUS BRUGNARA
CPF: 046.047.296-89



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 19529103-2 - 26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/529.103-4 | MGP1900803567 | 26/11/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 046.047.296-89 | MAGNUS BRUGNARA |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, de NIRE 3120868793-4 e protocolado sob o número 19/529.103-4 em 26/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7581412, em 28/11/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|-----------------|
| CPF | Nome |
| 895.966.846-04 | WANDER BRUGNARA |
| 046.047.296-89 | MAGNUS BRUGNARA |

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de novembro de 2019



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| CPF | Nome |
| 040.762.376-09 | WILSON LUIZ DE FREITAS DIAS |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de novembro de 2019

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7581412 em 28/11/2019 da Empresa TRIBUTARIE EFICIENCIA FISCAL LTDA, Nire 31208687934 e protocolo 19523-221-26/11/2019. Autenticação: F46D47926150D7FEF2916694706846895F3BE76. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/529.103-4 e o código de segurança AnFk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 1/1
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL